

# TOMADA DE PREÇOS

## Nº 021/2018.

**Objeto:** Contratação de serviços de drenagem pluvial, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência (**ANEXO I**), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes através do Município de Catalão.

**INDICE:**

1. Do preâmbulo;
2. Da legislação aplicada;
3. Do horário, data e local para a entrega dos envelopes contendo a documentação e propostas;
4. Horário, data e local para início da sessão pública;
5. Do representante e do credenciamento;
6. Do objeto;
7. Dos recursos orçamentários;
8. Da participação na Licitação;
9. Da habilitação;
10. Da vistoria;
11. Da proposta;
12. Da abertura dos envelopes;
13. Do julgamento das propostas;
14. Da garantia de execução;
15. Do termo de contrato;
16. Do reajuste;
17. Da entrega e do recebimento do objeto e da fiscalização;
18. Das obrigações da contratante e da contratada;
19. Das hipóteses de rescisão contratual;
20. Do pagamento;
21. Das sanções administrativas;
22. Da impugnação;
23. Dos recursos administrativos;
24. Das disposições gerais.

**ANEXOS:**

- I- Termo de Referência;
- II- Projeto Básico;
- III- Orçamento;
- IV- Cronograma físico financeiro;
- V- Memória de cálculo;
- VI- Composição do BDI;
- VII- Planta 01/02;
- VIII- Planta 02/02;
- IX- Modelo de declaração de sujeição ao edital e inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação;
- X- Modelo de carta credencial;
- XI – Modelo de declaração de que não emprega menores (art. 7º, XXXIII – CF/88);
- XII- Modelo de declaração de enquadramento como Microempreendedor individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- XIII- Modelo de atestado de visita técnica;
- XIV- Modelo de proposta;
- XV- Modelo de declaração de desistência de visita técnica;
- XVI- Minuta de contrato de execução de obra/serviço de engenharia.
- XVII- Minuta de portaria de fiscal e suplente do contrato.

**TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2018.  
PROCESSO Nº 2018028472.  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.**

**1. DO PREÂMBULO:**

PROCESSO:	2018028472.
INTERESSADOS:	Município de Catalão - Secretaria Municipal de Obras.
MODALIDADE DA LICITAÇÃO:	Tomada de Preços.
JULGAMENTO:	Menor Preço Global.
FORMA DE EXECUÇÃO:	Indireta e imediata, de acordo com o cronograma indicado neste Instrumento e seus anexos.
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:	Luis Severo Braga Gomides.
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DO EDITAL:	Marcel Augusto Marques.
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO E DE ENGENHARIA:	Ricardo Orides Venâncio Primo.
DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES:	10/10/2018.
DATA DA ABERTURA E JULGAMENTO:	10/10/2018.
HORÁRIO:	09h00min.
LOCAL:	Auditório da Prefeitura Municipal de Catalão.
OBJETO:	Contratação de serviços de drenagem pluvial, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes através do Município de Catalão.

**O MUNICÍPIO DE CATALÃO - GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº01.505.643/0001-50, com sede administrativa na Rua Nassin Agel, 505, Centro, Catalão-Goiás, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**, por intermédio da Comissão de Licitação, nomeada pelo **Decreto nº 1.037 de 17 de julho de 2018** e da Equipe de Apoio, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados acima fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**2. DA LEGISLAÇÃO APLICADA E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA:**

**2.1. Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993:** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

**2.2. Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006:** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

**2.3. Lei 11.488 de 15 de junho de 2007:** Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI; reduz para 24 (vinte e quatro) meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.666, de 8 de maio de 2003, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.892, de 13 de julho de 2004, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga dispositivos das Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977; e dá outras providências.

**2.4. Lei nº 13.473 de 8 de agosto de 2017:** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências.

**2.5. Decreto nº 8.538 de 06 de outubro de 2015:** Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

**2.6. Decreto nº 7.746 de 05 junho de 2012:** Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

**2.7. Decreto nº 7.983 de 8 de abril de 2013:** Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

**2.8. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1 de 19 de janeiro de 2010:** Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

**2.9. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2 de 11 de outubro de 2010:** Estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG.

**2.10. Instrução Normativa nº 00008 de 07 de dezembro de 2016 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás:** Estabelece orientações aos Municípios Goianos sobre a aplicação da Lei Complementar nº 123/06 na realização de procedimentos licitatórios.

### **3. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS:**

**3.1.** Até às 09 horas, do dia 10, mês de outubro, ano 2018, no endereço Rua Nassin Agel, nº 505, Centro, nesta cidade de Catalão-GO (Comissão de Licitações), para entrega do Envelope nº 01, com os documentos de habilitação, e nº 02, com a proposta, além das declarações complementares.

### **4. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:**

**4.1.** Às 09 horas, do dia 10, mês de outubro, ano 2018, no Auditório da Prefeitura Municipal de Catalão com endereço na Rua Nassin Agel, nº 505, Centro, nesta cidade de Catalão-GO terá início a sessão, prosseguindo-se com a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação.

**4.2.** Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº 1.  
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.  
MUNICÍPIO DE CATALÃO.  
TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2018.  
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE).  
(CNPJ).**

**ENVELOPE Nº 2.  
PROPOSTA.  
MUNICÍPIO DE CATALÃO.  
TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2018.  
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE).  
(CNPJ).**

4.3. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado no Item 1 deste Edital e conter os dois envelopes acima mencionados, além das declarações complementares, com antecedência mínima de 1 (uma) hora do momento marcado para abertura da sessão pública.

## **5. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO:**

5.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

5.1.1. Titular da empresa licitante, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de:

- a) registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor (última alteração contratual registrada na Junta Comercial da sede da licitante), no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores;
- b) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e
- c) ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede do licitante, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

5.1.2. Representante designado pela empresa licitante, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente (**MODELO NO ANEXO X - deve ter firma reconhecida em cartório daquele que outorgou poderes**), com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de:

- a) registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor (última alteração contratual registrada na Junta Comercial da sede da licitante), no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores;
- b) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e
- c) ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede do licitante, no caso de sociedades cooperativas;

5.2. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

## **6. DO OBJETO:**

6.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para execução de serviços de drenagem pluvial, nos termos do art. 6º, inciso I, da Lei 8.666/93, mediante o regime empreitada por menor preço global, conforme especificações constantes no Termo de Referência – ANEXO I, que é parte integrante deste Edital.

## **7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

7.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

**Projeto de atividade: Manutenção da Diretoria de Transportes;**  
**Dotação orçamentária: 01.3016.26.782.4020.4134 - 339039.**

## **8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

8.1. **Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam devidamente cadastrados por esta Administração (art. 22, § 2º da Lei 8.666/93). Para efeitos de cadastro, será exigido do licitante os documentos previstos nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/93, a fim de comprovar habilitação compatível com o objeto da licitação.**

8.2. Não poderão participar desta licitação:

- 8.2.1. interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 8.2.2. interessados suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com o Município de Catalão responsável por esta licitação, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993 e art. 7º da Lei 10.520/02;
- 8.2.3. entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 8.2.4. interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, salvo se com plano de homologação judicialmente autorizado;
- 8.2.5. o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
- 8.2.6. entidade empresarial responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- 8.2.7. servidor ou dirigente deste Município de Catalão ou responsável pela licitação;
- 8.2.8. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 8.2.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

## **9. DA HABILITAÇÃO:**

9.1. A título de habilitação no certame, os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação no Envelope nº 1:

### **9.1.1. Habilitação jurídica:**

- 9.1.1.1. Cópia da cédula de identidade ou documento equivalente (com foto) do(s) sócio(s), proprietário(s) da empresa licitante (**em original ou cópia a ser conferida com original pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio**);
- 9.1.1.2. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- 9.1.1.3. para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede do licitante, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.1.1.4. em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 9.1.1.5. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 9.1.1.6. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 9.1.1.7. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 9.1.1.8. Os atos constitutivos/modificativos **em vigor** deverão estar acompanhados da respectiva certidão expedida pela Junta Comercial da sede da licitante, com data de emissão de no **MÁXIMO de 30 (trinta) dias** anteriores à data de abertura dos envelopes;

### **9.1.2. Regularidades fiscal e trabalhista:**

- 9.1.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);
- 9.1.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social (INSS);
- 9.1.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.1.2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 
- 9.1.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.1.2.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 9.1.2.7. caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.1.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 9.1.3. Qualificação Técnica.** Todos os licitantes deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos que seguem, no envelope nº 1:
- 9.1.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;
- 9.1.3.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características do objeto da presente licitação;
- 9.1.3.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente ou da sede do licitante, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços compatíveis em características do objeto da presente licitação;
- 9.1.3.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.
- 9.1.3.4.1. No decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, § 10, da

---

Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

**9.1.4. Qualificação econômico-financeira:**

**9.1.4.1.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da **SEDE DO LICITANTE**, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação;

**9.1.4.2.** **Prestação de garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no caput e § 1º do art. 56 da Lei 8.666/93, limitada a 1% (um por cento) do valor total do lote da contratação, isto é, a garantia deverá ser prestada com base na quantidade de lotes que o licitante pretende participar. As modalidades de garantia e seus critérios são:**

- a) Caução em títulos da dívida pública original devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Caução através de Seguro-Garantia deve vir, obrigatoriamente, em original e acompanhado do comprovante de pagamento referente à emissão da apólice. Se emitida eletronicamente (internet), deve informar o local para verificação da sua autenticidade;
- c) Caução em dinheiro deverá ser realizada através de pagamento de DUAM – Documento Único de Arrecadação Municipal, expedido pelo Departamento de Tributos Imobiliários (COLETORIA) da Prefeitura de Catalão.
- d) Fiança Bancária, realizada através de instituição financeira legitimada para tal fim.

**9.1.4.3.** As garantias prestadas pelas licitantes serão liberadas ou restituídas individualmente, no momento da devolução de documentos das licitantes inabilitadas ou desclassificadas em caráter definitivo ou, ainda, se a licitante foi habilitada, mas não vencedora, após a homologação do certame e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, e dependerá de solicitação/protocolo formal encaminhado ao Departamento de Tesouraria do Município.

**9.2.** Declaração de que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999 (**MODELO NO ANEXO XI**);

- 9.3. Declaração de sujeição ao edital e inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação (**MODELO NO ANEXO IX**);
- 9.4. Declaração de enquadramento como Microempreendedor Individual, Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparados (**MODELO NO ANEXO XII**);
- 9.5. Declaração de que realizou visita técnica (**MODELO NO ANEXO XIII**) ou de que desistiu da realização da visita (**MODELO NO ANEXO XV**);
- 9.6. Certificado de Registro Cadastral – **CRC**, expedido pela Prefeitura Municipal de Catalão até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas;
- 9.7. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original; por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração; ou publicação em órgão da imprensa oficial.

## **10. DA VISTORIA:**

**10.1.** A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência e seus anexos, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria, a ser agendada com prazo de 24 horas de antecedência, na sede da Secretaria Municipal de Obras, localizada no prédio da prefeitura Municipal de Catalão, localizada na Rua Nassin Agel, nº 505, Centro, Catalão - Goiás, ou pelo telefone **64-3441-5039** – **PhilipJohn Ribeiro** ou **Paulo César Ferreira Júnior**;

**10.1.1.** A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h às 11h; 13h às 16h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone citado no item anterior;

**10.1.2.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes;

**10.1.3.** Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

**10.1.4.** Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação formalmente, via protocolo localizado na sede da Prefeitura de Catalão, antes da data fixada para a sessão pública.

**10.1.5.** A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.

**10.2.** Por ocasião da vistoria ou independentemente dela, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

## **11. DA PROPOSTA:**

11.1. A proposta, apresentada no envelope nº 2, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo cumprir ao seguinte:

- 11.1.1. Vir acompanhada da indicação da razão social e CNPJ da empresa licitante;
- 11.1.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Termo de Referência e demais documentos técnicos anexos;
- 11.1.3. O valor total da proposta, em moeda corrente nacional, expresso em numeral e por extenso, bem como os preços unitários que compõem o conjunto da obra, conforme planilha orçamentária que acompanha o Termo de Referência.
- 11.1.4. Nos valores propostos, deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 11.1.5. Na composição dos preços unitários, o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra e materiais.
- 11.1.6. Todos os dados informados pelo licitante em sua Planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 11.1.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 11.1.8. A composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual, conforme anexo ao edital.
- 11.1.9. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;
- 11.1.10. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;
- 11.1.11. Licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.
- 11.1.12. As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.
- 11.1.13. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

- 11.1.14. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto n. 7.983/2013;
- 11.1.15. Cronograma Físico Financeiro, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Termo de Referência, ajustado à proposta apresentada (**MODELO NO ANEXO IV**), conforme apresentado no **item 2 do Termo de Referência**;
- 11.1.16. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua entrega.

## **12. DA ABERTURA DOS ENVELOPES:**

12.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

12.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

12.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

12.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

12.4. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes;

12.5. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso. Os Envelopes nº 02 que não forem retirados do Departamento de Licitações e Contratos no prazo máximo de 30 (trinta) dias após homologação do certame serão descartados;

12.6. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal;

12.7. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura;

12.8. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

12.9. As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório.

12.10. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

12.11. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

12.12. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado quando da assinatura do contrato e poderá ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.13. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

12.14. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação no placar do prédio da prefeitura, do site oficial do Município, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

### **13. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

13.1. O critério de julgamento será o **menor preço global**, observado os preços máximos e unitários da planilha orçamentária anexa à este edital.

13.2. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das entidades licitantes presentes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das

mesmas e utilizar-se, se for o caso, de assessoramento técnico específico, através de parecer que integrará o processo.

**13.3.** A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

**13.4.** Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.

**13.5.** As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.

**13.6.** Quando da participação no certame de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual (MEI) e sociedades cooperativas de consumo sediadas local ou regionalmente, será considerado empate “ficto” quando sua proposta for igual ou até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido em consideração às licitantes não sediadas local ou regionalmente, conforme indicado no item **13.07**, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e respectivas alterações e Decreto Federal nº 8.538/2015 e Instrução Normativa - IN nº 00008/2016 do TCM/GO.

**13.7.** Para aplicação do disposto no item **13.6** e seguintes e em cumprimento à Instrução Normativa - IN nº 00008/2016 do TCM/GO, que estabelece orientações aos Municípios Goianos sobre a aplicação da Lei Complementar nº 123/06 na realização de procedimentos licitatórios, em especial à norma contida em seu art. 2º, § 1º, inciso II, considera-se Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI) e equiparados sediados local ou regionalmente, os municípios da Região do Sudeste Goiano, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, compreendendo os municípios de Ipameri, Campo Alegre de Goiás, Corumbáiba, Nova Aurora, Goiandira, Catalão, Ouvidor, Três Ranchos, Davinópolis, Anhanguera e Cumari.

**13.8.** Quando houver aplicação do disposto nos itens **13.6** e **13.7**, a melhor classificada e considerada empatada terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, caso esteja presente na sessão ou no prazo de 48 (quarenta e oito horas), contados da comunicação/solicitação da Comissão de Licitação, na hipótese de ausência, ficando suspensa a sessão até que sejam esgotados os prazos aqui citados, sendo declarada perdedora a licitante que não cumprir os prazos para a entrega de nova proposta corrigida/atualizada. Neste caso, a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos autos do processo licitatório.

**13.8.1.** Caso a Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), microempreendedor individual (MEI) e/ou equiparada sediada local ou regionalmente melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido no item **13.8**, serão convocadas as demais licitantes Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), microempreendedor individual (MEI) e/ou equiparadas sediadas local ou regionalmente e, não havendo mais licitantes enquadradas nas especificações acima indicadas, serão chamadas as demais na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.

**13.9.** Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), microempreendedor individual (MEI) e/ou equiparada empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará os licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.

**13.10.** Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.

**13.11.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

**13.11.1.** produzidos no País;

**13.11.2.** produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

**13.11.3.** produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

**13.11.4.** produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

**13.12.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os licitantes habilitados serão convocados.

**13.13.** Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.

**13.14.** Será desclassificada a proposta que:

**13.14.1.** não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

**13.14.2.** contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

**13.14.3.** não apresentar as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos;

**13.14.4.** contiver oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

**13.14.5.** Apresentar, na composição de seus preços:

**13.14.5.1.** taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

**13.14.5.2.** custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

**13.14.5.3.** quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços;

**13.14.5.4.** apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os

---

coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

**13.15.** Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou (b) Valor orçado pela Administração.

**13.16.** Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 03 dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 c/c Súmula 262 do TCU, sob pena de desclassificação.

**13.17.** Também será desclassificada a proposta cujo preço global orçado ou o preço de qualquer uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro supere os preços de referência discriminados nos projetos anexos a este Edital.

**13.17.1.** A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

**13.18.** Será, ainda, desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este Edital (Súmula 259, TCU).

**13.19.** Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**13.20.** Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**13.21.** Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos licitantes para apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.

**13.22.** Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pela autoridade competente e, após, adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

**13.23.** A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

13.24. O resultado do certame será divulgado no site oficial do Município e no placar de avisos do prédio da prefeitura.

#### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

14.1. O adjudicatário, no prazo de **05 dias úteis** após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor do Contrato, deduzido o valor da garantia para participação**, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

14.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco dias) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666, de 1993.

14.1.3. Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor calculado com base no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

14.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

14.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 14.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- 14.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 14.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 14.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

14.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, mediante recolhimento via DUAM.

14.5. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado

pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**14.7.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**14.8.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

**14.9.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da data em que for notificada.

**14.10.** A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**14.11.** Será considerada extinta a garantia:

**14.11.1.** com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**14.11.2.** no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

## **15. DO TERMO DE CONTRATO:**

**15.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, deverá ser firmado Termo de Contrato, prorrogável na forma dos art. 57, § 1º e 79, § 5º da Lei nº 8.666/93.

**15.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 dias, a contar da data de seu recebimento.

**15.2.2.** O prazo para assinatura e devolução do Termo de Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**15.3.** Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação para celebrar a contratação nas mesmas condições da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas

em Lei.

#### **16. DO REAJUSTE:**

**16.1.** O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice INCC, ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.

#### **17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:**

**17.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

#### **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:**

**18.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas neste Edital e seus anexos, na proposta apresentada e no Termo de Referência.

#### **19. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL:**

**19.1.** As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei n. 8.666, de 1993.

#### **20. DO PAGAMENTO:**

**20.1.** O pagamento será efetuado pela Contratante após a conclusão de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro, no prazo de 30 dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento da execução do objeto e os materiais empregados.

**20.2.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**20.3.** A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

**20.3.1.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**20.4.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação à etapa do cronograma físico-financeiro executada.

**20.5.** Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada,

---

sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 20.5.1. não produziu os resultados acordados;
- 20.5.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; ou
- 20.5.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 20.6. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.
- 20.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
- 20.8. Antes de cada pagamento à contratada, deve-se comprovar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 20.9. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 20.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 20.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 20.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal e trabalhista.
- 20.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
  - 20.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 20.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad II = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**21.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;

**21.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**21.2.1** advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

**21.2.2.** multa moratória de até 1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

**21.2.2.1** em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

**21.2.2.2.** as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**21.3** multa compensatória de até 10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**21.3.1.** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**21.3.2.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**21.3.3.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos

---

prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

**21.3.** A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

**21.4.** A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

**21.5.** A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

**21.6.** Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

**21.6.1.** tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**21.6.2.** mantenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**21.6.3.** demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**21.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**21.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**21.9.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**21.9.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de trinta dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**21.10.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **22. DA IMPUGNAÇÃO:**

**22.1.** Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

22.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

22.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

22.4. A impugnação poderá ser realizada por petição protocolada no endereço indicado no rodapé.

### **23. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:**

23.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da lavratura da ata (art. 109, da Lei 8.666, de 1993).

23.2. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

23.3. O recurso da decisão que habilitar ou inabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.

23.4. Os recursos deverão ser encaminhados via protocolo, no horário de expediente (08h às 11 e 13h às 16h), no prédio da prefeitura, com endereço indicado em rodapé.

23.5. O recurso será dirigido à autoridade administrativa responsável pela gestão da presente contratação, por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

23.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

### **24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

24.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

24.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a

Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**24.4.** A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

**24.5.** Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**24.6.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

**24.7.** É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**24.8.** As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

**24.9.** As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**24.10.** Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**24.11.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**24.12.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**24.13.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

**24.14.** Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei n. 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

**24.15.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço indicado no rodapé e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço eletrônico **www.catalao.go.gov.br**, sendo que os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados e onde serão recebidos os documentos de habilitação dos licitantes não credenciados no Município, para efeito de cadastramento por esta Administração (art. 22, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993).

**24.16.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Catalão-Goiás, com exclusão de qualquer outro.

Catalão - GO, 21 de setembro de 2018.

Edital elaborado por: **MARCEL AUGUSTO MARQUES**.  
Departamento de Licitações e Contratos.  
Núcleo de Editais e Pregões.

Edital APROVADO por: **LUIS SEVERO BRAGA GOMIDES**.  
Secretário Municipal de Transportes.

**ANEXO I.**

**TERMO DE REFERÊNCIA.**

**SOLICITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES.  
Av. Portugal P. Guimarães, 778, Nossa Senhora de Fátima - Catalão/GO.  
Telefone: (64) 3441-1820 - CNPJ: 01.505.643/0001-50.

**1. DO OBJETO:**

1.1. Serviço de execução de rede de drenagem pluvial.

**2. AVALIAÇÃO DO CUSTO E DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO:**

2.1. Contratação de empresa especializada para execução de rede de **DRENAGEM PLUVIAL** no Bairro **Jardim Paraíso – Catalão/GO**, afim de atender necessidade da **Secretaria Municipal de Transportes**.

2.2. O custo estimado dos serviços tem como referência os valores definidos pela **Agência Goiana de Transportes e Obras (AGETOP)**, de acordo com as Tabelas e Planilhas abaixo, destinadas a demonstrar a composição de preço de serviços relacionados à **DRENAGEM PLUVIAL**:

➤ TABELA DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE ARTE ESPECIAIS – MAR/2018 COM DESONERAÇÃO (T135) – Data Base: 01/03/2018 BDI: **26,24%**.

➤ ADMINISTRAÇÃO - CANTEIRO - MOBILIZAÇÃO - T135 - MARÇO 2018.

**DETALHAMENTO DOS ITENS E DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇO:**

<b>(A) – CUSTO - EXECUÇÃO DRENAGEM PLUVIAL</b>					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário – R\$	Preço Total – R\$
1	Escavação mecânica em terra	m3	6298,64	8,36	52.656,63
2	Reaterro de valas c/ compactação vibratória	m3	3050,50	11,85	36.148,43
3	Fornecimento, Transporte e Assentamento de tubo D=0,40m(AC)	m	968,00	121,15	117.273,20
4	Fornecimento, Transporte e Assentamento de tubo D=0,60m(AC)	m	292,00	187,95	54.881,40
5	Fornecimento, Transporte e Assentamento de tubo D=0,80m(AC)	m	1990,60	305,29	607.710,27
6	Fornecimento, Transporte e Assentamento de tubo D=1,00m(AC)	m	674,00	443,94	299.215,56
7	Boca de Lobo, altura média de 1,30m(AC/BC)	unid.	121,00	1.144,27	138.456,67
8	Poço de visita para rede D=0,60m, parte fixa c/ 1,00m de altura(AC/BC)	unid.	6,00	1.733,13	10.398,78
9	Acréscimo na altura do Poço de Visita para a rede D=0,60m(AC)	m	4,80	794,83	3.815,18
10	Poço de visita para a rede D=0,80m parte fixa c/ 1,00m de altura (AC/BC)	unid.	35,00	3.651,99	127.819,65
11	Acréscimo na altura do Poço de Visita para a rede D=0,80m(AC)	m	21,00	1.658,71	34.832,91
12	Poço de visita para a rede D=1,00m parte fixa c/ 1,00m de altura (AC/BC)	unid.	13,00	4.218,95	54.846,35
13	Acréscimo na altura do Poço de Visita para a rede D=1,00m(AC)	m	10,40	1.846,63	19.204,95
14	Dissipador de energia - DEB 05 (AC/BC)	unid.	3,00	2.913,12	8.739,36
<b>Preço   Global do Custo de EXECUÇÃO DRENAGEM PLUVIAL ➔</b>					<b>1.565.999,35</b>

<b>(B) – CUSTO - MOBILIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E CANTEIRO DE OBRAS</b>					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário – R\$	Preço Total – R\$
15	Administração Local	unid.	1,00	34.224,86	34.224,86
16	Canteiro de Obras	unid.	1,00	20.301,21	20.301,21
17	Mobilização de Equipamentos	unid.	1,00	12.640,32	12.640,32
18	Mobilização de Mão de Obra	unid.	1,00	4.241,66	4.241,66
<b>Preço   Global do Custo de MOBILIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E CANTEIRO ➔</b>					<b>71.408,05</b>

<b>(A+B) - Preço GLOBAL da Obra ➔</b>					<b>1.637.407,40</b>
---------------------------------------	--	--	--	--	---------------------

**2.3.** Abaixo segue o demonstrativo de cálculos que compõe os itens 15, 16, 17 e 18 da tabela **(B) Custo – Mobilização, Administração e Canteiro de Obras** referenciando o que foi considerado para composição destes itens:

<b>15 - ADMINISTRAÇÃO</b>					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
<b>Divisão de Engenharia</b>					
15.1	Engenheiro de Produção/ Civil	mês	1	R\$ 13.020,91	R\$ 13.020,91
15.2	Topógrafo	mês	1	R\$ 5.290,48	R\$ 5.290,48
15.3	Auxiliar de Topografia	mês	1	R\$ 3.170,95	R\$ 3.170,95
<b>Divisão Administrativa</b>					
15.4	Vigia	mês	1	R\$ 2.533,42	R\$ 2.533,42
<b>Veículo da Administração</b>					
15.5	Veículos Leves (incluso combustível)	mês	1	R\$ 3.095,19	R\$ 3.095,19
<b>Preço Bruto</b>					<b>R\$ 27.110,95</b>
<b>BDI (26,24%)</b>					<b>R\$ 7.113,91</b>
<b>Preço Global por Custo</b>					<b>R\$ 34.224,86</b>
<b>16 - CANTEIRO DE OBRA</b>					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
<b>Instalações Provisórias</b>					
16.1	Escritório urbano (cidade)	mês	1	R\$ 1.737,56	R\$ 1.737,56
16.2	Mobiliário de Escritório (inclusive equipamentos de informática)	mês	1	R\$ 747,29	R\$ 747,29
16.3	Mobiliário de Alojamento (engenheiros)	mês	1	R\$ 622,76	R\$ 622,76
16.4	Almoxarifado	m <sup>2</sup>	12	R\$ 104,84	R\$ 1.258,08
16.5	Banheiros Químicos (com lavatório)	mês	6	R\$ 650,00	R\$ 3.900,00
16.6	Tenda 6x6 m (refeitório)	mês	1	R\$ 760,00	R\$ 760,00
16.7	Mesa com 4 cadeiras (refeitório – tendas)	cj	4	R\$ 190,00	R\$ 760,00
16.8	Instalações Provisórias de Água/Esgoto	un	1	R\$ 1.867,52	R\$ 1.867,52
16.9	Placa de Obra	m <sup>2</sup>	12	R\$ 148,31	R\$ 1.779,72
16.10	Instalações Provisórias de Energia Elétrica	un	1	R\$ 2.648,51	R\$ 2.648,51
<b>Preço Bruto</b>					<b>R\$ 16.081,44</b>
<b>BDI (26,24%)</b>					<b>R\$ 4.219,77</b>
<b>PREÇO TOTAL</b>					<b>R\$ 20.301,21</b>
<b>17 - MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS</b>					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
<b>Equipamentos de grande porte – 40 Km/h</b>					
17.1	Motoniveladora - CAT 120K ou equivalente	unid.	1	R\$ 1.513,77	R\$ 1.513,77
17.2	Retro escavadeira de pneus - MF 86HS ou equivalente	unid.	2	R\$ 1.459,34	R\$ 2.918,68
<b>Veículo de Produção (autoprolifidos) – 50 km/h</b>					
17.3	Caminhão basculante 10m3 - 15 Ton.	unid.	4	R\$ 989,16	R\$ 3.956,64
17.4	Caminhão carroceria de madeira - 15 Ton.	unid.	1	R\$ 867,92	R\$ 867,92
17.5	Caminhão muncK	unid.	1	R\$ 755,92	R\$ 755,92
<b>Preço Bruto</b>					<b>R\$ 10.012,93</b>
<b>BDI (26,24%)</b>					<b>R\$ 2.627,39</b>
<b>PREÇO TOTAL</b>					<b>R\$ 12.640,32</b>
<b>18 - MOBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA</b>					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18.1	Viagem de ônibus (estadual)	unid.	48	R\$ 50,00	R\$ 2.400,00
18.2	Diária (alimentação)	unid.	48	R\$ 20,00	R\$ 960,00
<b>Preço Bruto</b>					<b>R\$ 3.360,00</b>
<b>BDI (26,24%)</b>					<b>R\$ 881,66</b>
<b>PREÇO TOTAL</b>					<b>R\$ 4.241,66</b>

2.4. O valor apurado no **DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇO** anexado aos autos considera o preço **GLOBAL** (custo máximo aceitável para contratação), no valor e **R\$ 1.637.407,40** (um milhão, seiscentos e trinta e sete mil, quatrocentos e sete reais e

quarenta centavos).

### **3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:**

**3.1.** Os serviços referentes a execução de **DRENAGEM PLUVIAL** no bairro **Jardim Paraíso** deverão estar de acordo com as normas e padrões do **Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT)**, **Agência Goiana de Transporte e Obras (AGETOP)** e **Normas Brasileiras Regulamentadoras (NBR's)** específicas para este tipo de serviço.

### **4. MODO DE ADJUDICAÇÃO:**

**4.1.** A adjudicação será realizada pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**4.2.** Em que pese a regra das licitações ser baseada na adjudicação por item, optou-se, neste procedimento pela adjudicação pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que está em consonância com a Súmula 247 do TCU, que assim estabeleceu:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

**4.3.** No presente caso, a escolha pelo modo de adjudicação global se dá em função da própria necessidade técnica da execução do objeto – drenagem pluvial –, que inclui tanto o serviço (escavação, regularização de terreno, construção de berço e vedação, instalação de tubulação, reaterro e compactação de solo), quanto o fornecimento de todo material necessário.

**4.4.** Escolha diversa, traria extrema dificuldade prática de execução contratual fracionada, exercida por dois ou mais fornecedores, incidindo sobre as respectivas fases ou momentos da obra, sem contar o risco para administração pública no tocante ao cronograma de execução, bem como a dificuldade prática de cumprimento de garantia dos serviços e materiais aplicados, já que um não garantiria a qualidade do serviço sobreposta a intervenção de outrem. É o que se teria, na prática.

**4.5.** Desse modo, embora uma coisa possa ser divisível, a simples característica ou natureza de divisibilidade não é suficiente para nortear a viabilidade técnica, de modo ser viável do ponto de vista técnico a escolha ora realizada.

### **5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

**5.1.** A contratação da empresa especializada terá escopo de atender a construção da **rede de drenagem de água pluvial** no respectivo bairro **Jardim Paraíso** afim suprir a necessidade de execução da **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**.

### **6. DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE DE QUANTIDADES ESTIMADAS:**

6.1. Encontra-se no corpo do processo licitatório os Projetos, Memoriais descritivos e Memoriais de cálculo que descrevem as quantidades estimadas nos **Tópicos 2** deste termo. Itens como, caixas coletoras, rede de escoamento, poços de visita e dissipadores de energia descritos nos desenhos do **PROJETO REDE DE DRENAGEM PLUVIAL** - folhas 1 e 2 – com intuito de suprir, drenar e direcionar a água de chuva das ruas; **PARAÍSO, JOÃO MOREIRA CASTRO, ELZA ARRUDA PEREIRA, MACAPÁ, NATAL, MACEIÓ, ARACAJU, SALVADOR, TERESINA, DONA NICA, ELIAS JORGE SALOMÃO, DOIS DE OUTUBRO, SETE DE SETEMBRO, QUINZE DE OUTUBRO E TREZE DE MAIO** do Bairro.

#### **7. DO PRAZO DE DURAÇÃO/VIGÊNCIA:**

7.1. A vigência do contrato será de **180 (cento e oitenta)** dias a partir da sua assinatura.

#### **8. DO PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO:**

8.1. O prazo de execução dos serviços indicados neste Termo é de **90 (noventa)** dias de acordo com o cronograma físico/financeiro apresentado no tópico 9.2. O termo inicial para contagem do prazo para execução é a data da assinatura da Ordem de Serviço correspondente.

8.2. Os bens / serviços serão recebidos:

8.2.1. Provisoriamente a partir da entrega do **Termo de Aceite do Serviço**, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta que se dará no prazo de 5 (cinco) dias corridos;

8.2.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento provisório;

8.2.3. Na hipótese da verificação a que se refere o tópico anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

8.2.4. O recebimento de material / serviço é de inteira responsabilidade do FISCAL do contrato, a ser indicado mediante Portaria Municipal a ser oportunamente anexada ao procedimento licitatório.

#### **9. DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

9.1. A execução do serviço será considerada concluída após a aprovação por parte do responsável nomeado pela administração que emitirá um **Termo de Aceite do Serviço** no qual representará a formalização da aprovação.

9.2. O cronograma físico-financeiro abaixo servirá de escopo para verificação, qualificação e status dos serviços executados:



## **10. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS:**

**10.1.** A contratada deverá fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos a serem utilizados para a execução do objeto.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**11.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**11.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**11.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**11.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**11.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**12.1.** Compete ao responsável pela Empresa Executora da obra efetuar o completo estudo das discriminações técnicas fornecidas para execução da obra, em que compõem o projeto anexo;

**12.2.** Caso sejam constatados quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, deverá ser imediatamente comunicado ao Autor do Projeto para que os mesmos sejam alterados, bem como sanadas as dúvidas quanto à interpretação dos desenhos e representações gráficas;

**12.3.** Para a perfeita execução e completo acabamento da obra/serviço, a Empresa Executora da obra se obriga a prestar toda a assistência técnica necessária para o bom andamento aos trabalhos;

**12.4.** É de responsabilidade da Empresa Executora a contratação de mão de obra suficiente e de qualidade para assegurar o progresso satisfatório a obras dentro do Cronograma previsto;

**12.5.** É de inteira responsabilidade da Empresa Executora a aquisição dos materiais necessários, em quantidade suficiente para conclusão da obra no Prazo estabelecido em Cronograma;

**12.6.** A Empresa Executora não poderá subcontratar a execução da obra/serviço no seu TOTAL, podendo fazer parcialmente em alguns serviços especializados, mantendo sua responsabilidade direta perante o Contratante e Subcontratados;

**12.7.** Correrá por conta exclusiva da Empresa Executora a responsabilidade de qualquer acidente de trabalho durante a execução da obra contratada, até a aceitação da obra pela Contratante, bem como as indenizações que possam ocorrer a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorrido fora do canteiro da obra.

**12.8.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**12.9.** Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração, se for o caso;

**12.10.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com

os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**12.11.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**12.12.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

**12.13.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

**12.14.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

**12.15.** Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

**12.16.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

**12.17.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**12.18.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**12.19.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**12.20.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**12.21.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**12.22.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.23.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**12.24.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, se for o caso.

**12.25.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

### **13. DO PAGAMENTO:**

**13.1.** O pagamento será efetuado POR MEDIÇÃO, após a efetiva prestação de serviço da etapa mensal indicada no cronograma físico-financeiro do tópico 9.2, com respectiva aprovação do

Fiscal do Contrato e apresentação da Nota Fiscal, emitida em conformidade com o instrumento contratual;

**13.2.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal correspondente à execução do serviço medido na etapa do cronograma, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento;

As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome **MUNICÍPIO DE CATALÃO, CNPJ nº 01.505.643/0001 - 50**, com sede administrativa na **Rua Nassin Agel, número 505, CEP 75701-050, Catalão - GO**, sem rasuras, letra legível com discriminação exata dos equipamentos efetivamente entregues;

**13.3.** As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas de comprovante de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa contratada e de regularidades perante a Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho (CNDT), mediante respectivas certidões negativas.

#### **14. MEDIDAS ACAUTELADORAS:**

**14.1.** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

#### **15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:**

**15.1.** A fiscalização da contratação será exercida por representante designado pela Administração, ao qual competirá dirimir dúvidas e registrar ocorrências que surgirem no curso da execução do Contrato, e de tudo dará ciência à Administração;

**15.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

**15.3.** Representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

**15.4.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

**15.5.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

- 16.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: **a)** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; **b)** Ensejar o retardamento da execução do objeto; **c)** Fraudar na execução do contrato; **d)** Comportar-se de modo inidôneo; **e)** Cometer fraude fiscal; **f)** Não mantiver a proposta;
- 16.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 16.2.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 16.2.2.** Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 16.2.3.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 16.3.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 16.4.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 16.5.** Impedimento de licitar e contratar com o Município de Catalão, por meio de seus órgãos da Administração Pública Direta e de suas entidades da Administração Pública Indireta;
- 16.6.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 16.7.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:
- 16.8.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.9.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.10.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.11.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.12.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Catalão - GO, 21 de setembro de 2018.

Termo de Referência elaborado por: **LUIS SEVERO BRAGA GOMIDES.**  
Secretário Municipal de Transportes.

---

**ANEXO II.**  
**PROJETO BÁSICO.**  
SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL.  
BAIRRO JARDIM PARAISO.  
CATALÃO / GO.  
INDICE.

- 1-Introdução
- 2-Objetivos
- 3-Resumo do sistema de drenagem
- 4-Intensidade de chuva
- 5-Áreas
  - 5.1-Área de contribuição
- 6-Equação Manning
- 7-Fatores do dimensionamento
- 8-Elementos no projeto
  - 8.1 – Tubos de Concreto
  - 8.2 – Recepção do material
  - 8.3 – Descarga do material
  - 8.4 – Estocagem do material
  - 8.5 – Localização
  - 8.6 – Posicionamento da tubulação
  - 8.7 – Escavação
  - 8.8 – Largura de vala
  - 8.9 – Escoramento
  - 8.10 – Assentamento
  - 8.11 – Preparo do fundo da vala
  - 8.12 – Execução das juntas
    - 8.13 – Aterro, reaterro e compactação do solo
  - 8.14 – Poços de visita
  - 8.15 – Os Ramais
  - 8.16 – Canaletas de Captação
  - 8.17 – Meio-fio
  - 8.18 – Sarjetas
  - 8.19 – Tampão de PV
  - 8.20 – Estrutura de Lançamentos
  - 8.21 – As Redes de Águas Pluviais
  - 8.22 – Reposição do Pavimento
  - 8.23 – Cadastro (“*as built*”)
  - 8.24 – Detalhes
- 9-Planilhas.

---

### **1-Introdução:**

Este é um projeto do sistema de drenagem do Residencial Jardim Paraiso, localizado em Catalão no estado de Goiás. O projeto visa dar escoamento para águas pluviais, assegurando a durabilidade e bom funcionamento de todos os elementos que constituem os mesmos.

### **2-Objetivos:**

O objetivo deste projeto é de fornecer um sistema capaz de escoar uma precipitação com intensidade tal que se tenha um tempo de recorrência de 5 anos. Este sistema deve ser tal que não haja pontos de alagamento e ou até mesmo pontos com escoamento muito elevado, havendo assim a possibilidade de gerar algum transtorno ao usuário do sistema viário.

Quanto ao fim do despejo pluvial procurou-se ter boa qualidade técnica e econômica, razão pela qual se subdividiu a área em dois emissários. Assegurou-se estrita independência entre as redes, afim de que na execução das etapas das obras, houvesse perfeita sintonia entre elas, além de focar os fatores econômicos, limitando-se o diâmetro como mostra o projeto. Procurou-se em todo o perfil da rede, acompanhar o declive natural do terreno, dentro dos limites máximo e mínimo, para se evitar erosão ou depósito de materiais e se ter um mínimo em movimento de terra.

### **3-Resumo do sistema de drenagem:**

O sistema de drenagem tem como objetivo retirar e impedir o acúmulo de água no local. Desta forma trabalha-se das seguintes formas: com escoamento direcionando a água a um local para que seja infiltrada, e com locais em que seja infiltrada sem a necessidade de escoamento.

Os escoamentos são divididos da seguinte forma:

- Superficial – escoamento nas sarjetas das ruas;
- Através de galerias – canais de tubos de concretos;

O sistema é criado com as atividades que suprem a ineficiência dos outros sistemas.

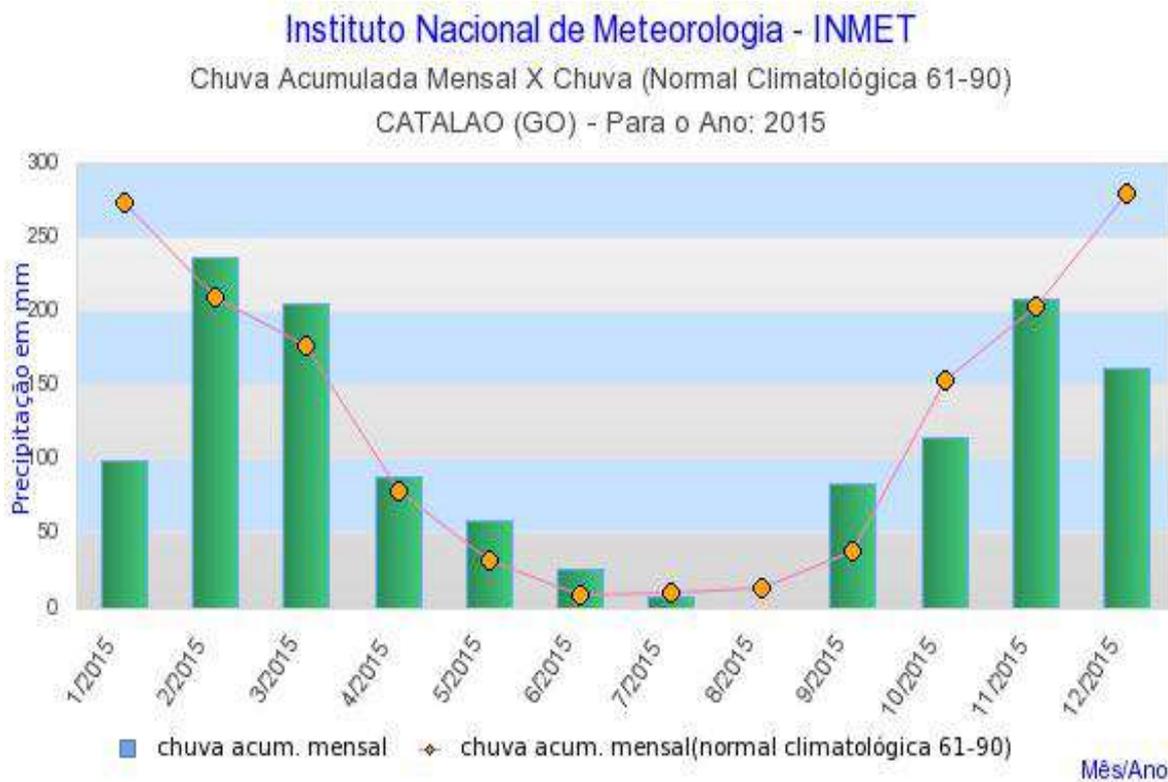
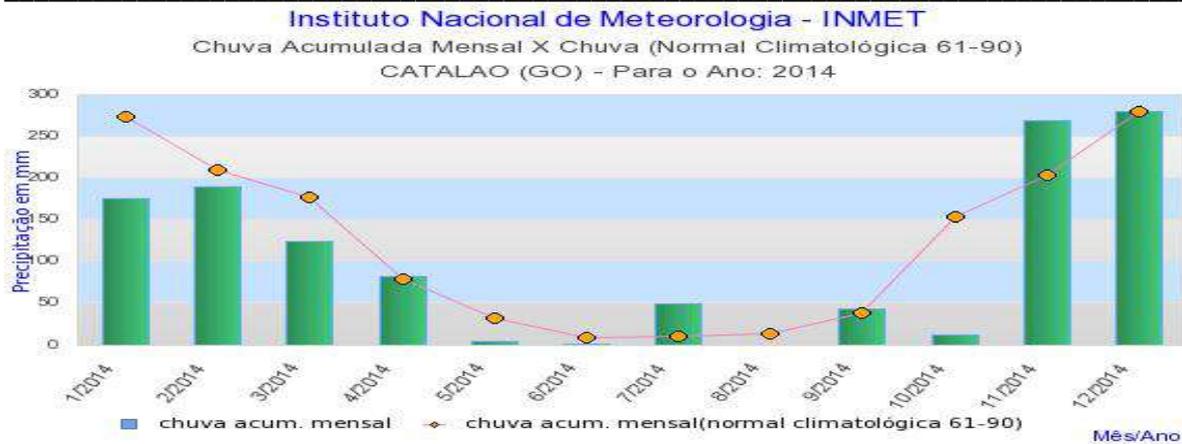
A ineficiência da infiltração leva a uma demanda de escoamento nas sarjetas. A ineficiência das sarjetas leva a uma demanda de galerias.

As galerias trabalham da seguinte forma:

A água é coletada por bocas de lobo na sarjeta conduzidas por ramais até uma rede local no meio da rua que conduzirá a água precipitada a um local apropriado.

### **4-Intensidade de chuva:**

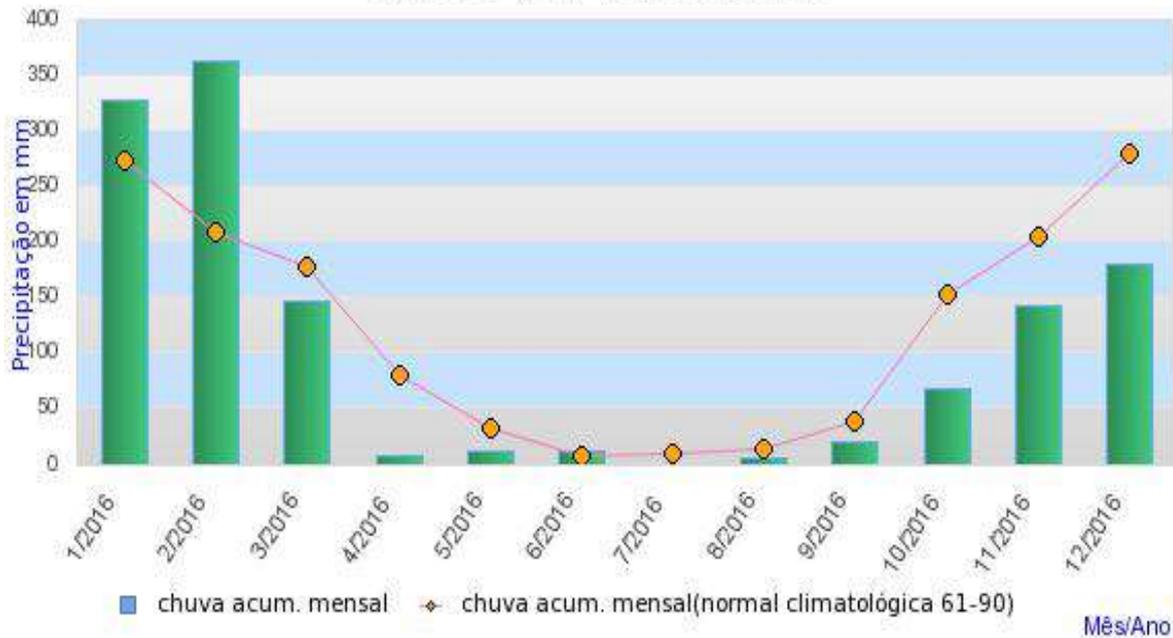
Para estimar as vazões de projeto, foram utilizadas as tabelas do Instituto Nacional de Meteorologia dos anos de 2014 a 2017.



**Instituto Nacional de Meteorologia - INMET**

Chuva Acumulada Mensal X Chuva (Normal Climatológica 61-90)

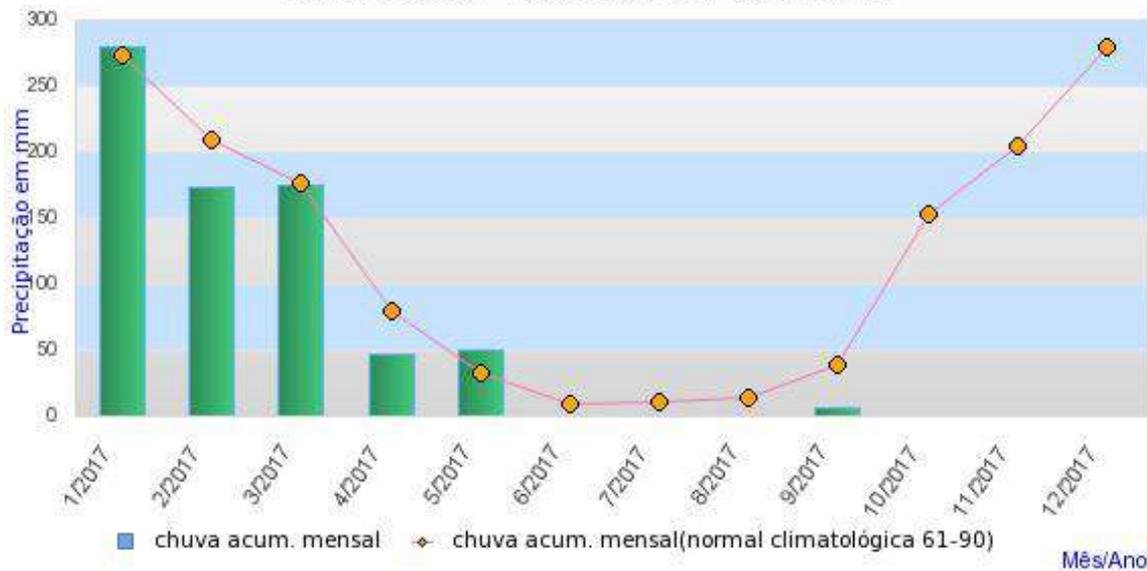
CATALAO (GO) - Para o Ano: 2016



**Instituto Nacional de Meteorologia - INMET**

Chuva Acumulada Mensal X Chuva (Normal Climatológica 61-90)

CATALAO (GO) - Para o Ano: 2017 até 5/10/2017



**5-Áreas:**

Podemos dividir as águas que contribuirão de acordo com as áreas presentes no residencial.

A1 - área dos lotes: estas áreas são consideradas semipermeáveis, parte permeável área de jardins e canteiros, parte impermeável telhado das casas;

Parte permeável 20%

Parte impermeável 80%

A2 – Ruas pavimentadas: esta área é considerada impermeável, grande parte da água será escoada por esta área e a contribuição dela é essencial para o dimensionamento final do sistema de drenagem. Parte das precipitações deve evaporar e ainda uma pequena parte infiltra, e outra fica retida sendo assim seguida as seguintes proporções;

Escoada: 80%

Infiltrada: 5%

Retida: 10%

Evaporada: 5%

A área total pavimentada é de 243.778,00m<sup>2</sup>

A3 – Áreas de preservação permanente: estas áreas são consideradas permeáveis formadas por matas e localizadas principalmente na parte baixa do terreno. A pequena quantidade de escoamento superficial destas áreas deve ser lançada natural mente na represa.

#### **5.1-Área de contribuição:**

Como deve existir uma modificação do terreno natural a forma das bacias e a contribuição deve ser diferente também, desta forma o funcionamento do sistema de drenagem deve ser tal que atenda o terreno pronto, situação na qual deve ser mantida na vida útil do sistema de drenagem.

As áreas de contribuição foram definidas de acordo com o greide final esperado nas ruas pavimentadas. Esta forma de determinar as áreas de contribuição que serão ligadas a um dos ramais se deve exclusivamente a forma de trabalho do sistema. São as sarjetas das ruas que levarão a água precipitada a cada ramal.

#### **6-Equação Manning:**

O modelo utilizado para prever o escoamento nas galerias de águas pluviais será o Manning. Esta equação será prevista sabendo que a carga hidráulica é pequena e a maior vazão possível deve ser feita por um sistema que funcione como canal. O modelo utilizado apresenta-se da seguinte forma:

$$Q = \frac{A}{n} \times R^{\frac{2}{3}} \times I^{\frac{1}{2}}$$

Q-vazão de projeto

A – área molhada

R – raio hidráulico

I – Declividade

n – coeficiente de rugosidade

Para o cálculo da altura da lâmina o cálculo é feito de forma iterativa, variando a altura de lâmina e comparando a vazão encontrada com a de projeto.

#### **7-Fatores do dimensionamento:**

No dimensionamento deste projeto utilizam-se como critérios os seguintes fatores:

-Declividade mínima

Este critério é utilizado para que se tenha uma força mínima de arraste. Esta força mínima de arraste impede com que acumule detritos nos tubos diminuindo a área de escoamento das galerias dos canais. Para isto neste projeto utilizam-se as seguintes declividades mínimas:

Tipo de galeria	Declividade mínima (m/m)
Tubos de Ø40cm	0,50%
Tubos de Ø60cm	0,40%
Tubos de Ø100cm	0,30%

È feita a verificação da velocidade com a declividade adotada, tendo que possuir valor superior a 0,75 m/s

-Velocidade máxima

Considerando que os tubos são feitos com concreto com uma resistência de considerável a abrasão a velocidade máxima dos tubos deve ser tal que seja menor que 5m/s. Para o cálculo desta velocidade máxima deve ser considerada a vazão de projeto e também a consideração de uma vazão maior que a vazão de projeto. Esta consideração de majorar a vazão deve ser feito considerando a vazão com velocidade máxima possível no tubo para determinada inclinação, esta vazão é encontrada a partir da consideração de que a velocidade máxima para canais circulares é encontrada quando a lâmina d'água no canal for de aproximadamente 83% do diâmetro.

Verificada que a velocidade máxima possível no canal de seção circular é ainda menor que 5 m/s, projeta-se verificando a vazão máxima possível no conduto.

È importante ressaltar que o tempo de duração da precipitação de projeto é de 5 minutos, desta forma considerar que seja uma precipitação contínua traria a um superdimensionamento ao sistema de drenagem, pois se trataria de uma situação não real.

## **8-Elementos no projeto:**

### **8.1-Tubos de Concreto:**

Os tubos utilizados serão de concreto, todo em consonância com a norma **NBR – 8890/2007 - Tubo de concreto de seção circular para águas pluviais e esgotos sanitários — Requisitos e métodos de ensaios.**

Os tubos utilizados no projeto serão de concreto simples ou armado, tudo em consonância com a norma **NBR - 15396/2006 - Aduelas (galerias celulares) de concreto armado pré-fabricadas - Requisitos e métodos de ensaios.**

Os tubos poderão ser tipo macho e fêmea ou do tipo ponta e bolsa, e deverão obedecer às exigências da **NBR 15645/2009 - Execução de obras de esgoto sanitário e drenagem de águas pluviais utilizando-se tubos e aduelas de concreto.**

O assentamento dos tubos poderá ser feito manual ou mecanicamente de acordo com a orientação da fiscalização e deve obedecer rigorosamente aos greides projetados e de acordo com as dimensões indicadas.

O rejuntamento deve ser feito com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

As juntas internamente serão preenchidas com argamassa de cimento e areia 1:3 cuidadosamente alisadas de modo a se evitar as rugosidades, que altere o regime de escoamento das águas. As juntas na parte externa serão tomadas com um cordão de argamassa de cimento e areia e a seção de formato semicírculo, no caso de luvas e argamassa terá seção triangular equilátera.

Não serão aceitos tubos trincados ou danificados durante a descida ou que apresente qualquer defeito construtivo aparente.

### **8.2 - Recepção do material:**

Por ocasião da entrega dos tubos e aduelas de concreto a fiscalização deve estar presente na obra para verificar o material e supervisionar sua descarga e estocagem. Os tubos, aduelas de concreto e seus acessórios devem ser entregues na obra, preferencialmente acompanhados dos relatórios de inspeção.

Os tubos e aduelas de concreto que, através de verificação visual, apresentarem danos além dos limites estabelecidos pela ABNT NBR 8890 ou ABNT NBR 15396. No momento de sua utilização, devem ser rejeitados pela fiscalização.

Caso o construtor receba e aplique tubos, aduelas de concreto e seus acessórios danificados ou sem exigência de inspeção, conforme ABNT NBR 8890 ou ABNT NBR 15396. a responsabilidade por qualquer problema executivo decorrente do material aplicado ou sinistro na obra. será de seu inteiro encargo.

### **8.3 - Descarga do material:**

Deve ser executada adotando-se todos os cuidados necessários à segurança dos operários e de modo a evitar danos aos tubos, aduelas de concreto e seus acessórios, devendo-se observar o seguinte:

- a) o construtor deve providenciar em tempo hábil o local, os dispositivos e os equipamentos eventualmente necessários para descarga e armazenamento do material;
- b) a descarga deve ser feita, com os equipamentos adequados em função do diâmetro ou seção e peso do material, preferencialmente o mais próximo possível do local de aplicação, de maneira a evitar sucessivas manipulações;
- c) os tubos não devem ser rolados do caminhão em direção ao solo, seja utilizando-se pranchas de madeira ou lançados diretamente, e não devem ser arrastados, para que não sejam danificados;
- d) os tubos de concreto devem ser descarregados com equipamentos apropriados, tais como cabo de aço, fita de náilon, tesouras, ganchos etc., evitando-se danos mecânicos e dimensionais por choque, sendo que não se deve, em nenhuma hipótese, laçar os tubos pelo diâmetro interno;
- e) as aduelas de concreto devem ser descarregadas com equipamentos apropriados, respeitando-se os pontos de içamento determinados em projeto;
- f) estando os tubos e aduelas de concreto suspensos, devem ser tomados todos os cuidados necessários para evitar golpes entre as peças ou contra o terreno;
- g) os anéis de borracha devem ser descarregados devidamente embalados.

### **8.4 - Estocagem do material:**

O construtor deve designar locais planos, limpos, livres de pedras ou objetos salientes, apropriado para a estocagem dos tubos e aduelas de concreto.

O material deve ser estocado de maneira a ser mantido limpo e de forma que seja evitada a sua contaminação ou degradação, principalmente dos anéis de borracha, que devem ser estocados protegidos do calor, raios solares, óleo e graxas.

Os tubos devem ser estocados preferencialmente na posição vertical. Quando houver necessidade de estocagem na posição horizontal, os tubos devem ser apoiados sobre pontos isolados nas extremidades, obedecendo-se às recomendações da ABNT NBR 8890, sendo que a altura máxima de empilhamento não deve exceder os valores indicados na Tabela 1:

**Tabela 1 — Altura máxima de empilhamento:**

Altura máxima de empilhamento	
Diâmetro nominal (mm)	Número de pilhas de tubos
300 - 400	4
500 - 600	3
700 - 1 000	2
> 1 000	1

Quando os tubos forem estocados de forma empilhada, eles devem ser obrigatoriamente calçados, por motivo de segurança.

Os tubos não devem ser armazenados próximo ao local de abertura das valas.

No caso dos tubos serem descarregados alinhados ao longo da lateral da vala, eles devem ser colocados no lado oposto ao local de colocação do material oriundo da escavação.

As aduelas de concreto não devem ser empilhadas.

### **8.5 – Locação:**

A demarcação e o acompanhamento do serviço a executar devem ser efetuados por equipe de topografia.

A fiscalização deve fornecer as indicações de todas as interferências existentes.

O construtor, tendo em mãos o projeto, deve visitar o local das obras e reconhecer o local de implantação da locação, providenciando o seguinte:

- a) implantação de RN (referência de nível) secundários e PS (pontos de segurança) em quantidades compatíveis com a obra em pontos notáveis, não sujeitos a interferências na obra. Recomenda-se, para obras urbanas, locar os PS sobre o passeio, preferencialmente à distância de até 0,30 m do alinhamento predial, numerados sequencialmente e materializados em campo;
- b) restabelecer a locação original reconstituindo os piquetes do eixo da vala e do centro dos PV (poços de visita);
- c) demarcar no terreno as canalizações, dutos, caixas etc. subterrâneos, que interferem com a execução da obra. Existindo serviços públicos situados nos limites das áreas de delimitação das valas, ficará sob a responsabilidade do construtor a não interrupção daqueles serviços, até que os remanejamentos sejam autorizados;
- d) o construtor deve providenciar os remanejamentos de instalações que interferem nos serviços a serem executados. Os remanejamentos devem ser programados pelo construtor com a devida antecedência e em comum acordo com a fiscalização, proprietários e/ou concessionárias dos serviços cujas instalações precisem ser remanejadas.
- e) os danos que porventura sejam causados às instalações existentes durante o remanejamento são de incumbência exclusiva do construtor.

### **8.6 - Posicionamento da tubulação:**

O posicionamento da tubulação deve ser executado de acordo com o projeto. Quando o posicionamento não estiver bem definido ou for inexequível, cabe à fiscalização determinar a solução a ser adotada.

### **8.7 – Escavação:**

A abertura das valas e travessias em vias e logradouros públicos só pode ser iniciada após a comunicação e aprovação do órgão competente.

As escavações sob ferrovias, rodovias, portos e aeroportos, ou em faixa de domínio de concessionárias de serviços públicos, só podem ser iniciadas depois de cumpridas as exigências e autorizadas pelos órgãos competentes.

A abertura da vala somente deve ser iniciada quando forem confirmadas as posições de outras obras subterrâneas interferentes e quando o material para a execução da rede estiver disponível no local da obra. Deve também seguir as orientações da ABNT NBR 9061.

As valas devem ser escavadas segundo a linha de eixo. Sendo respeitados o alinhamento e as cotas indicadas no projeto.

As valas devem ser abertas no sentido de jusante para montante, a partir dos pontos de lançamento, exceto em casos excepcionais, mediante a autorização da fiscalização.

#### **8.8 - Largura de vala:**

Para tubos de concreto, a largura da vala deve ser fixada em função das características do solo. Da profundidade, do tipo de escoramento e do processo de escavação, conforme ABNT NBR 12266:1992, Tabela 1.

Para aduelas, a largura da vala deve ser fixada em função das seguintes características:

- a) classificação do solo;
- b) profundidade da vala;
- c) tipo de escoramento, quando necessário;
- d) grau de inclinação das paredes da vala;
- e) processo de escavação;
- f) eficiência de compactação do reaterro especificada em projeto.

As cavas para os poços de visita terão dimensão interna livre no mínimo igual à medida externa da câmara de trabalho ou balão, acrescida de 0,60 m.

Qualquer excesso de escavação ou depressão no fundo da vala deve ser preenchido com material granular fino compactado.

O material escavado deve ser depositado, sempre que possível, de um só lado da vala, afastado no mínimo em 1,00 m da borda de escavação. Em casos especiais a fiscalização pode determinar a retirada total do material escavado.

As escavações em rocha e pedras soltas devem ser feitas até abaixo do nível inferior da tubulação, para que seja possível a execução de um berço de material granular de no mínimo 15 cm.

#### **8.9 – Escoramento:**

É obrigatório o escoramento de valas com profundidade superior a 1.25 m, conforme determina a NR 18 do Ministério do Trabalho.

O escoramento deve ser executado obedecendo-se ao projeto específico.

As damas somente podem ser utilizadas em terrenos firmes e intercaladas de 3 m a 5 m e podem ter no máximo 1,00 m de comprimento.

Recomendam-se como dimensões mínimas das peças os espaçamentos máximos usuais dos escoramentos mais comuns, conforme a ABNT NBR 12266.

Caso, na localidade em que será executada a obra, as bitolas comerciais de tábuas, pranchas e vigas não coincidam com as indicadas, devem ser utilizadas peças com o módulo de resistência equivalentes ou com dimensões imediatamente superiores.

Dependendo dos tipos de solos e profundidades das valas, podem ser usados outros tipos de contenção lateral, tais como estacas pranchas metálicas de encaixe, caixões deslizantes etc.

A ficha do escoramento deve ser de pelo menos 7/10 da largura da vala, com um mínimo de 0,50 m.

Na execução do escoramento devem ser utilizadas madeiras duras como peroba, canafistula, sucupira etc., podendo as estroncas ser de eucalipto.

O escoramento não deve ser retirado antes do reenchimento atingir 0,60 m acima da tubulação ou 1,50 m abaixo da superfície natural do terreno, desde que seja de boa qualidade. Caso contrário, o escoramento somente deve ser retirado quando a vala estiver totalmente reaterrada.

Nos escoramentos metálico-madeira, os vazios entre a escavação (parede da vala) e a prancha de madeira devem ser preenchidos com material granular fino.

Nos escoramentos metálico-madeira, o contraventamento de longarinas deve ser retirado quando o aterro atingir o nível dos quadros e as estacas metálicas devem ser retiradas quando a vala estiver totalmente reaterrada. O vazio deixado pelo arrancamento dos perfis e estacas metálicas deve ser preenchido com material granular fino.

As estacas-prancha e tábuas podem ser cravadas por bate-estacas ou por marreta, sendo que o topo da peça a cravar deve ser protegido para evitar lascamento.

Para evitar sobrecarga no escoramento, o material escavado deve ser colocado a uma distância mínima de 1.00 m da borda da vala, ou conforme determinado em projeto.

Quando a vala for aberta em solos saturados, as fendas entre tábuas e pranchas do escoramento devem ser calafetadas, a fim de impedir que o material do solo seja carregado para dentro da vala, evitando-se o solapamento desta e-ou abatimento da via pública.

Na travessia de faixas de servidão ou de domínio, o escoramento deve ser projetado de acordo com as exigências do órgão competente.

#### **8.10 – Assentamento:**

Para as operações de transporte e instalação, os tubos e aduelas de concreto devem ser manuseados com cuidado, evitando-se danificá-los, devendo ser observadas as exigências das Normas ABNT NBR 8890 e ABNT NBR 15396 e as recomendações do fabricante.

As tubulações, antes de serem assentadas, devem ser limpas e examinadas, não podendo ser assentadas as peças danificadas, constatadas através de exame visual ou as que estejam em desacordo com as ABNT NBR 8890 e ABNT NBR 15396.

À medida que forem sendo concluídos a escavação e o escoramento, devem ser feitos a regularização, preparo do fundo da vala. O assentamento será do tipo apoio direto no solo (detalhe - 01), no sentido de jusante para montante, com as bolsas voltadas para montante. Para as peças com sistemas de encaixe tipo macho e fêmea, considera-se que a fêmea é equivalente à bolsa

Durante o assentamento das tubulações, as mudanças de direção, diâmetro ou declividade devem ser obrigatoriamente feitas nos poços de visita.

O nivelamento da rede deve ser realizado por meio de equipamentos topográficos adequados com a precisão das declividades exigidas em projeto.

#### **8.11 - Preparo do fundo da vala:**

O fundo da vala deve ser regular e uniforme, obedecendo à declividade prevista em projeto, e isento de saliências e reentrâncias. As eventuais reentrâncias devem ser preenchidas com material adequado, convenientemente compactado, de modo a se obter as mesmas condições de suporte do fundo da vala normal.

Em terrenos firmes e secos, com capacidade de suporte satisfatória, o apoio do tubo pode ser feito diretamente sobre o solo (Apoio direto), conforme Detalhe - 1.

Em terrenos firmes, com capacidade de suporte satisfatório, porém situado abaixo do nível do lenço freático, após o necessário rebaixamento do fundo da vala, deve ser preparado um lastro de brita 3 e 4 ou cascalho grosso com a espessura variando de 10 cm a 15 cm. com uma camada adicional de 5 cm de material granular fino conforme Detalhe 02-A

Posicionar a ponta do tubo junto à bolsa do tubo subsequente já assentado, proceder ao alinhamento da tubulação e realizar o encaixe, empurrando-o manualmente (alavancas) ou através de equipamentos (tirfor).

Tomar o devido cuidado para não danificar o tubo na operação de encaixe e não provocar esforços no anel, tais como tração, torção ou compressão.

#### **8.12 - Execução das juntas:**

Antes da execução das juntas, deve ser verificado se as extremidades dos tubos estão perfeitamente limpas.

a) Juntas

A execução das juntas deve obedecer à seguinte sequência:

- I- limpar as faces dos encaixes e verificar se elas não estão danificadas;
- II- após a execução do encaixe, proceder ao alinhamento da rede, obedecendo-se ao traçado previsto em projeto;
- III- executar a junta com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, com aditivo que evite a sua retração, em sua face externa e interna, exceto na laje inferior externa;
- IV- as faces externas das aduelas, após rejuntadas, devem ser cobertas com manta geotêxtil com no mínimo 0,30 m de largura.

b) Conexão do tubo no poço de visita

A execução da conexão do tubo ao poço de visita deve ser realizada por métodos que garantam a perfeita estanqueidade, principalmente nas redes de esgotos, de forma a evitar infiltrações no poço de visita.

#### **8.13 - Aterro, reaterro e compactação do solo:**

O aterro ou reaterro de tubos e aduelas tem influência direta na qualidade final da obra e deve ser executado com os mesmos parâmetros estabelecidos para toda a obra.

A má qualidade do aterro ou reaterro pode acarretar os seguintes problemas:

- I- recalque diferencial na camada final;
- II- desalinhamento da linha tubo-aduela com prejuízos para o sistema de encaixe-vedação das peças;
- III- problemas estruturais interferindo diretamente na classe de resistência das peças.

A compactação do solo pode ser manual ou mecânica e realizada de três formas diferentes: por pressão, impacto ou vibração. Os equipamentos utilizados devem ser compatíveis com as classes de resistência mecânica das peças, evitando-se problemas estruturais.

Os aterros e reaterros devem ser executados obedecendo-se às seguintes exigências a seguir:

- I- Antes de se iniciar os serviços deve-se retirar todos os materiais estranhos, tais como pedaços de concreto, asfalto, raízes, madeiras etc.
- II- Para execução do reaterro, utilizar, preferencialmente, o mesmo solo escavado, desde que apresentem as propriedades adequadas (umidade adequada, características físicas etc.). Quando o solo for de má qualidade, utilizar solo de jazida apropriada. Não são aceitáveis como material do reaterro argilas plásticas e solos orgânicos, ou qualquer outro material que possa ser prejudicial física ou quimicamente para o concreto e armadura dos tubos, material este aprovado pela fiscalização.
- III- O reaterro e a compactação devem ser feitos concomitantemente com a retirada do escoramento, quando adotado. Para isso devem ser adotados os seguintes procedimentos:

A. numa primeira fase é mantido o escoramento e executado o reaterro até o nível da 1ª estronca. Retiram-se então a estronca e a longarina (se for o caso) e o travamento fica garantido pelo próprio solo do reaterro;

B. prossegue-se com o reaterro até o nível da 2ª estronca, retiram-se a estronca e a longarina (se for o caso) e assim sucessivamente até o nível desejado;

C. As pranchas verticais e os perfis metálicos (quando o escoramento for metálico madeira) só devem ser retirados no final do reaterro. Para isso utilizam-se guindastes, retroescavadeiras ou outros dispositivos apropriados.

O reaterro da vala deve ser executado seguindo os critérios abaixo:

Inicialmente executa-se o enchimento lateral da vala, com material de boa qualidade isento de pedras e outros corpos estranhos, proveniente da escavação ou importação a critério da fiscalização. O reaterro da vala deve ser executado alternadamente nas regiões laterais dos tubos e/ou aduelas, mecânica ou manualmente, em camadas de até no máximo 20 cm, compactadas com energia especificada em projeto e/ou aprovada pela fiscalização.

Este procedimento deve ser executado até no mínimo 60 cm acima da geratriz superior do tubo e/ou aduela.

Em seguida o reaterro deve ser feito em camadas com espessuras de 20 cm (material solto), compactado através de compactadores manuais ou mecânicos. Deve-se fazer o controle de compactação, de maneira que sejam atingidas as exigências de projeto. A compactação em camadas de pequena espessura (máximo de 20 cm) visa evitar bolsões sem compactação.

Quando o solo for muito arenoso, o adensamento deve ser mais eficiente através de processo vibratório ou hidráulico.

De maneira geral, deve-se iniciar a compactação a partir da região central da vala para as laterais, tomando-se os devidos cuidados para não provocar danos estruturais e/ou desalinhamento das redes, evitando-se assim danos no sistema de encaixe/vedação das peças.

#### **8.14 – Poços de visita:**

Os poços de visita podem ser pré-moldados ou moldados *in loco* (Anexo B), executados em alvenaria ou concreto armado, devendo seguir a ABNT NBR 9649 e/ou as especificações do contratante.

Os poços de visita serão executados em alvenaria de tijolos maciços, assentados em argamassa de cimento e areia no traço de 1:4, e revestidos internamente com argamassa de cimento e areia no traço 1:3. Em casos específicos deverão ser executados poços de visita em concreto armado.

Os poços de visita serão construídos em alvenaria de tijolo maciço, assentados em argamassa de cimento e areia no traço 1:4 e revestidos internamente com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, terão a laje de fundo constituída em concreto armado assentadas sobre lastro de brita nº 2.

A tampa será em concreto armado, deverá ter um furo excêntrico de diâmetro 60cm para o acesso de um homem executar a limpeza e manutenção do poço de visita e de rede pluvial.

Quando houver necessidade a critério da fiscalização será projetado poços de visita de concreto armado.

Os poços de visita terão o seguinte formato:

- a) tronco cone para redes de Ø 40cm e 60cm;
- b) acima de Ø 80cm até 100cm quadrados.

Os poços de visitas serão colocados em cada cruzamento de vias, onde haja mudança de diâmetro, mudança de declividade ou de características de condutor e nas mudanças de direção das redes. A distância de um poço ao outro nunca deve ultrapassar de 100,00m (cem metros).

Os poços de visita terão profundidade mínima 160cm.

A chaminé sobre o poço de visita deverá ir até o nível superior da base do pavimento, sendo vedado com tampão de concreto padrão PREFEITURA. A espessura das paredes deverá obedecer ao projeto padrão.

**8.15-Os Ramais:**

Serão em tubos de concreto com diâmetro de 40cm dependendo do número de bocas-de-lobo ligadas ao ramal.

Ramais são redes coletoras que saem das bocas-de-lobo e vão até os poços de visita, os ramais terão diâmetro mínimo de 40cm.

Os ramais são de tubos de concreto sem armação ou quando houver necessidade armada com tela, a critério da fiscalização. A declividade mínima é de 1% (um por cento) deverá obedecer as normas da ABNT.

**8.16-Canaletas de Captação:**

As canaletas serão construídas tipo moldado no local em concreto. São construídas, em concreto simples, junto ao meio-fio ou na borda da pista pavimentada, quando não se usa o meio-fio, tem por finalidade captar águas pluviais que possam inundar o pavimento evitando assim que o pavimento sofra danos materiais.

As dimensões e formato das canaletas serão fornecidos na planta de projeto das mesmas.

Os locais onde deverão ser usadas as canaletas serão mostrados nos projetos de pavimentação. O traço do concreto da canaleta será 1:2:4.

**8.17-Meio-fio:**

Será tipo padrão PREFEITURA, isto é, pré-moldado, ou moldado no local.

**8.18-Sarjetas:**

Em concreto moldado no local com as dimensões mínimas de 0,10x0,25m.

São caixas de alvenaria, no formato retangular, com tampa de concreto, e abertura para inspeção com 60cm de diâmetro. São utilizadas quando a declividade da via for superior ao exigido pelas normas. Serão executadas com as mesmas características do poço de visita.

**8.19-Tampão de PV:**

Será executado de Ferro Fundido tipo T-100, serve para vedar o poço de visita, ou em concreto modelo PREFEITURA.

Para vedação da chaminé de inspeção dos poços de visita, usar-se-á tampão de concreto padrão PREFEITURA, os mesmos são chumbados na chaminé.

**8.20-Estrutura de Lançamentos:**

São usadas no final da rede coletora principal as margens do córrego.

As estruturas de lançamentos são implantadas no final da rede coletora principal as margens dos córregos ou fundo do vale.

Serão em concreto, conforme exigência da fiscalização e obedecerá ao projeto padrão da PREFEITURA.

Na estrutura de lançamento está previsto um dissipador de energia, estes elementos servirão para proteger a tubulação e impedir a erosão.

**8.21-As Redes de Águas Pluviais:**

Serão colocadas no eixo das vias, aproveitando as características da topografia seguindo o projeto. Os números de redes receptoras serão de tal maneira que constitui solução econômica, tanto na escolha do diâmetro da tubulação como na facilidade de construção desta.

**8.22 – Reposição do Pavimento:**

Os poços de visita podem ser pré-moldados ou moldados *in loco* (Anexo B), executados em alvenaria ou concreto armado, devendo seguir a ABNT NBR 9649 e/ou as especificações do contratante.

A reposição do pavimento deve ser iniciada logo após a conclusão do reaterro compactado e regularizado, sendo que o executor deve providenciar as diversas reposições, reconstruções ou reparos de qualquer natureza, de modo a tornar o executado igual ao que foi removido, demolido ou rompido. Na reposição de qualquer pavimento, seja no passeio ou no leito carroçável, devem ser obedecidos o tipo, as dimensões e a qualidade do pavimento encontrado.

A reconstrução do pavimento implica a execução de todos os trabalhos correlatos e afins, tais como recolocação de meios-fios, bocas de lobo e outros, eventualmente demolidos ou removidos para execução dos serviços.

O pavimento, depois de concluído, deve estar perfeitamente conformado ao greide e seção transversal do pavimento existente, não sendo admitidas irregularidades ou saliências a pretexto de compensar futuros abatimentos.

As emendas do pavimento reposto com o pavimento existente devem apresentar perfeito aspecto de continuidade.

Após a execução da pavimentação, toda a área afetada pela execução da obra deve ser limpa e varrida, removendo-se da via pública, quando for o caso, toda terra solta, entulho e demais materiais não utilizados, deixados ao longo das ruas onde foram executadas as redes.

A regularização em ruas de terra deve ser executada com motoniveladoras.

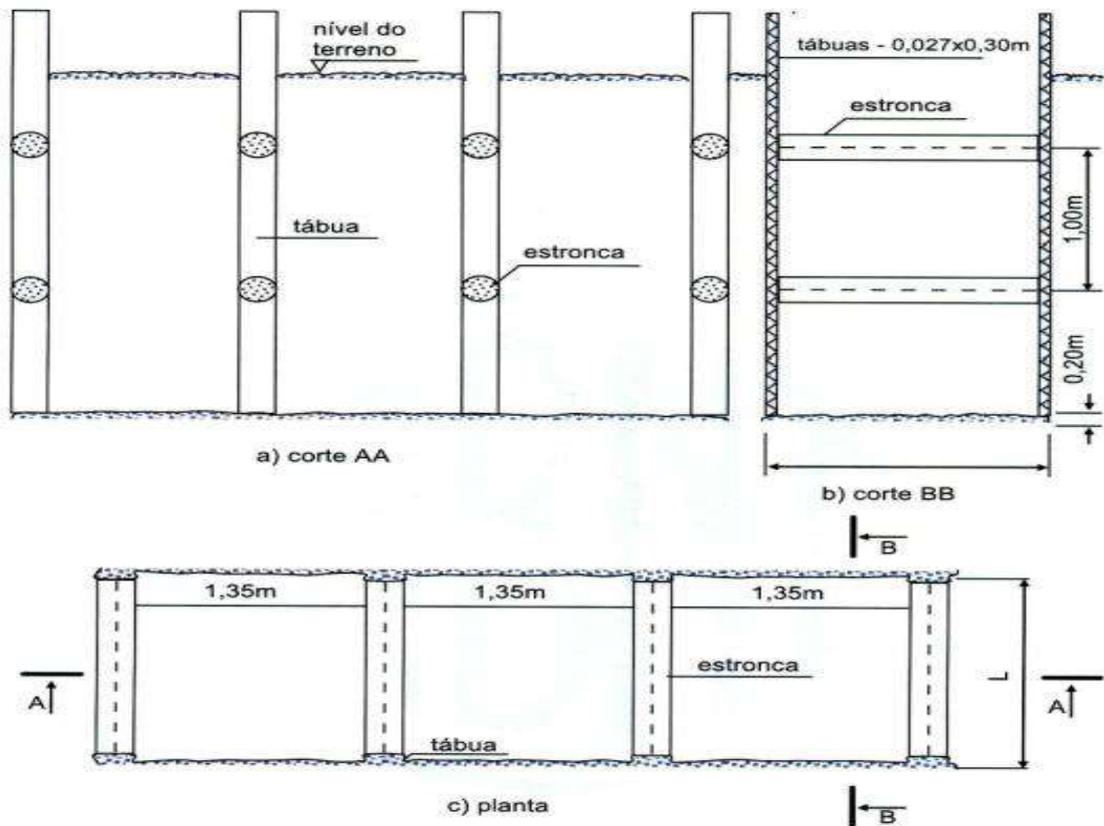
### **8.23 - Cadastro (“as built”):**

Na conclusão da obra o executor deve apresentar ao contratante os desenhos das redes, em planta e perfil, contendo todos os elementos do sistema. O levantamento de todos os dados (cotas, distâncias, profundidades etc.) a serem utilizados no cadastramento das redes deve ser feito durante o andamento das obras e representar de forma fiel o executado.



### **8.24 – Detalhes:**

**Detalhe – 01 – Assentamento apoio, envolvimento e reenchimento – Tipo apoio direto:**



Detalhe – 02 – Escoramento tipo pontalamento.



8 – Planilhas:

REDE AGUAS PLUVIAIS JARDIM PARAISO						
NOME	PROF.(m)	COTA TAMPA	COTA FUNDO	TRECHO	COMP REDE (m)	DIAM REDE (mm)
PV-01	1,80	880,50	878,70	01	60,50	800,00
PV-02	1,80	874,00	872,20	02	62,50	800,00
PV-03	1,80	869,10	867,30	03	62,50	800,00
PV-04	1,80	864,00	862,20	04	64,70	800,00
PV-05	1,80	855,00	853,20	05	64,00	800,00
PV-06	2,00	848,00	846,00	06	55,00	800,00
PV-07	2,00	844,90	842,90	07	70,00	800,00
PV-08	2,00	843,00	841,00	08	45,00	1000,00
PV-09	2,00	840,00	838,00	09	64,00	1000,00
PV-10	2,00	830,00	828,00	10	95,00	1000,00
DISS.			820,00			
PV-11	1,80	880,70	878,90	11	60,50	800,00
PV-12	1,80	877,80	876,00	12	62,50	800,00
PV-13	1,80	870,50	868,70	13	62,50	800,00
PV-14	1,80	864,20	862,40	14	64,70	800,00
PV-15	1,80	855,15	853,35	15	64,00	800,00
PV-16	2,00	851,40	849,40	16	65,00	800,00
PV-17	2,00	849,50	847,50	17	63,20	800,00
PV-18	2,00	845,50	843,50	18	62,00	1000,00
PV-19	1,80	865,90	864,10	19	66,00	800,00
PV-20	1,80	858,00	856,20	20	60,00	800,00
PV-21	2,00	853,50	851,50	21	68,00	800,00
PV-22	2,00	849,80	847,80	22	60,00	800,00
PV-23	1,80	844,00	842,20	23	62,00	800,00
PV-24	2,20	843,80	841,60	24	62,00	800,00
PV-25	2,20	841,20	839,00	25	74,00	1000,00
PV-26	2,00	830,00	828,00	26	90,00	1000,00
DISS.			815,00			
PV-27	1,80	844,80	843,00	27	80,00	600,00
PV-28	1,80	837,60	835,80	28	77,00	800,00
PV-29	1,80	832,00	830,20	29	61,00	800,00
PV-30	1,80	844,15	842,35	30	EXISTENTE	EXISTENTE
PV-31	1,80	836,20	834,40	31	EXISTENTE	EXISTENTE
PV-32	1,80	830,50	828,70	32	EXISTENTE	EXISTENTE
PV-33	1,80	843,00	841,20	33	EXISTENTE	EXISTENTE
PV-34	1,80	835,60	833,80	34	EXISTENTE	EXISTENTE
PV-35	1,80	829,00	827,20	35	EXISTENTE	EXISTENTE
PV-36	1,80	840,70	838,90	36	58,00	800,00
PV-37	1,80	834,20	832,40	37	65,00	800,00
PV-38	1,80	827,80	826,00	38	EXISTENTE	EXISTENTE
PV-39	1,80	838,50	836,70	39	55,00	600,00
PV-40	1,80	833,50	831,70	40	56,00	600,00
PV-41	1,80	828,50	826,70	41	60,00	800,00
PV-42	1,80	836,50	834,70	42	53,00	600,00
PV-43	1,80	831,60	829,80	43	48,00	600,00

REDE AGUAS PLUVIAIS JARDIM PARAISO						
NOME	PROF.(m)	COTA TAMPA	COTA FUNDO	TRECHO	COMP REDE (m)	DIAM REDE (mm)
PV-44	2,00	828,10	826,10	44	61,00	800,00
PV-45	1,80	834,50	832,70	45	92,00	800,00
PV-46	2,00	826,40	824,40	46	61,00	1000,00
PV-47	1,80	832,00	830,20	47	80,00	800,00
PV-48	2,00	824,50	822,50	48	61,00	1000,00
PV-49	1,80	829,00	827,20	49	70,00	800,00
PV-50	2,00	822,30	820,30	50	61,00	1000,00
PV-51	2,00	824,00	822,00	51	60,00	800,00
PV-52	2,00	817,80	815,80	52	61,00	1000,00
PV-53	2,00	820,80	818,80	53	47,00	800,00
PV-54	2,00	815,00	813,00	54	90,00	1000,00
DISS.			801,50			

REDE - 01			
Rua	PVs	Comp (m)	Diam(mm)
RUA SANTA TEREZINHA	PV-27 - PV-28	80,00	600
	<b>TOTAL</b>	<b>80,00</b>	
	PV-28 - PV-29	77,00	800
	<b>TOTAL</b>	<b>77,00</b>	
RUA SÃO LUIZ	PV-30 - PV-31	REDE EXISTENTE	
	PV-31 - PV-32	REDE EXISTENTE	
	<b>TOTAL</b>		
RUA RECIFE	PV-33 - PV-34	REDE EXISTENTE	
	PV-34 - PV-35	REDE EXISTENTE	
	<b>TOTAL</b>		
RUA SALVADOR	PV-36 - PV-37	58,00	800
	PV-37 - PV-38	65,00	800
	PV-38 - REDE EXIST.		
	<b>TOTAL</b>	<b>123,00</b>	
RUA ARACAJÚ	PV-39 - PV-40	55,00	600
	PV-40 - PV-41	56,00	600
	<b>TOTAL</b>	<b>111,00</b>	
RUA MACEIÓ	PV-42 - PV-43	53,00	600
	PV-43 - PV-44	48,00	600
	<b>TOTAL</b>	<b>101,00</b>	
RUA NATAL	PV-45 - PV-46	92,00	800
	<b>TOTAL</b>	<b>92,00</b>	
RUA MACAPÁ	PV-47 - PV-48	80,00	800
	<b>TOTAL</b>	<b>80,00</b>	
RUA ELZA ARRUDA PEREIRA	PV-49 - PV-50	70,00	800
	<b>TOTAL</b>	<b>70,00</b>	
RUA PARAISO	PV-53 - PV-54	47,00	800
	<b>TOTAL</b>	<b>47,00</b>	
	PV-54 - DISS.	90,00	1000
	<b>TOTAL</b>	<b>90,00</b>	
RUA FRANCISCO GONÇALVES	PV-29 - PV-32	61,00	800
	PV-32 - PV-35	REDE EXISTENTE	
	PV-35 - PV-38	REDE EXISTENTE	
	PV-41 - PV-44	60,00	800
	PV-44 - PV-46	61,00	800
	<b>TOTAL</b>	<b>182,00</b>	
	PV-46 - PV-48	61,00	1000
	PV-48 - PV-50	61,00	1000
	PV-50 - PV-52	61,00	1000
	PV-52 - PV-54	61,00	1000
	<b>TOTAL</b>	<b>244,00</b>	
	<b>TOTAL REDE 600mm (m)</b>	<b>292,00</b>	
	<b>TOTAL REDE 800mm (m)</b>	<b>671,00</b>	
	<b>TOTAL REDE 1000mm (m)</b>	<b>334,00</b>	



**ANEXO III.**  
**ORÇAMENTO.**



ORÇAMENTO					
TABELA DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - MAR/18 - COM DESONERAÇÃO (T135)					
Data Base: 01/03/2018					
Valores com BDI - BDI: 26,24%					
Item	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unit.	Total
45410	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM TERRA	m³	6.298,64	8,36	52.656,63
45435	REATERRO DE VALAS C/ COMPACTAÇÃO VIBRATÓRIA	m³	3.050,50	11,85	36.148,43
45440	FORNECIMENTO, TRANSPORTE E ASSENTAMENTO DE TUBO D=0,40 M (AC)	m	968,00	121,15	117.273,20
45445	FORNECIMENTO, TRANSPORTE E ASSENTAMENTO DE TUBO D=0,60 M (AC)	m	292,00	187,95	54.881,40
45450	FORNECIMENTO, TRANSPORTE E ASSENTAMENTO DE TUBO D=0,80 M (AC)	m	1.990,60	305,29	607.710,27
45455	FORNECIMENTO, TRANSPORTE E ASSENTAMENTO DE TUBO D=1,00 M (AC)	m	674,00	443,94	299.215,56
45535	BOCA-DE-LOBO, ALTURA MÉDIA DE 1,30 M (AC/BC)	unid.	121,00	1.144,27	138.456,67
45480	POÇO DE VISITA PARA REDE D=0,60 M, PARTE FIXA C/1,00M DE ALTURA (AC/BC)	unid.	6,00	1.733,13	10.398,78
45485	ACRÉSCIMO NA ALTURA DO P.V. PARA REDE D= 0,60 M (AC)	m	4,80	794,83	3.815,18
45490	POÇO DE VISITA PARA REDE D=0,80 M, PARTE FIXA C/1,00M DE ALTURA (AC/BC)	unid.	35,00	3.651,99	127.819,65
45495	ACRÉSCIMO NA ALTURA DO P.V. PARA REDE D= 0,80 M (AC)	m	21,00	1.658,71	34.832,91
45500	POÇO DE VISITA PARA REDE D=1,00 M, PARTE FIXA C/ 1,00 M DE ALTURA (AC/BC)	unid.	13,00	4.218,95	54.846,35
45505	ACRÉSCIMO NA ALTURA DO POÇO DE VISITA PARA REDE D=1,00 M (AC)	m	10,40	1.846,63	19.204,95
41375	DISSIPADOR DE ENERGIA - DEB 05 (AC/BC)	unid.	3,00	2.913,12	8.739,36
	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	unid.	1,00	34224,86	34.224,86
	CANTEIRO DE OBRA	unid.	1,00	20301,21	20.301,21
	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO	unid.	1,00	12640,32	12.640,32
	MOBILIZAÇÃO MÃO DE OBRA	unid.	1,00	4241,66	4.241,66
<b>Total Geral</b>					<b>1.637.407,40</b>

**ANEXO IV.**  
**CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO.**



CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO								
TABELA DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - MAR/18 - COM DESONERAÇÃO (T135)								
Data Base: 01/03/2018								
Valores com BDI - BDI: 26,24%								
Código auxiliar	Serviço	%	1º Mês	%	2º Mês	%	3º Mês	Total Geral
45410	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM TERRA	50,00%	26.328,32	50,00%	26.328,32	0,00%	0,00	52.656,63
45435	REATERRO DE VALAS C/ COMPACTAÇÃO VIBRATÓRIA	0,00%	0,00	50,00%	18.074,21	50,00%	18.074,21	36.148,43
45440	FORNECIMENTO, TRANSPORTE E ASSENTAMENTO DE TUBO D=0,40 M (AC)	0,00%	0,00	50,00%	58.636,80	50,00%	58.636,80	117.273,20
45445	FORNECIMENTO, TRANSPORTE E ASSENTAMENTO DE TUBO D=0,60 M (AC)	0,00%	0,00	50,00%	27.440,70	50,00%	27.440,70	54.881,40
45450	FORNECIMENTO, TRANSPORTE E ASSENTAMENTO DE TUBO D=0,80 M (AC)	25,00%	151.927,57	25,00%	151.927,57	50,00%	303.855,14	607.710,27
45455	FORNECIMENTO, TRANSPORTE E ASSENTAMENTO DE TUBO D=1,00 M (AC)	0,00%	0,00	50,00%	149.607,78	50,00%	149.607,78	299.215,56
45535	BOCA-DE-LOBO, ALTURA MEDIA DE 1,30 M (AC/BC)	0,00%	0,00	50,00%	69.228,34	50,00%	69.228,34	138.456,67
45480	POÇO DE VISITA PARA REDE D=0,80 M, PARTE FIXA C/ 1,00M DE ALTURA (AC/BC)	0,00%	0,00	50,00%	5.189,39	50,00%	5.189,39	10.368,78
45485	ACRÉSCIMO NA ALTURA DO P.V. PARA REDE D= 0,60 M (AC)	0,00%	0,00	0,00%	0,00	100,00%	3.815,16	3.815,16
45490	POÇO DE VISITA PARA REDE D=0,80 M, PARTE FIXA C/ 1,00M DE ALTURA (AC/BC)	0,00%	0,00	50,00%	63.909,83	50,00%	63.909,83	127.819,65
45495	ACRÉSCIMO NA ALTURA DO P.V. PARA REDE D= 0,80 M (AC)	0,00%	0,00	0,00%	0,00	100,00%	34.832,91	34.832,91
45500	POÇO DE VISITA PARA REDE D=1,00 M, PARTE FIXA C/ 1,00 M DE ALTURA (AC/BC)	0,00%	0,00	50,00%	27.423,18	50,00%	27.423,18	54.846,35
45505	ACRÉSCIMO NA ALTURA DO POÇO DE VISITA PARA REDE D=1,00 M (AC)	0,00%	0,00	0,00%	0,00	100,00%	19.204,95	19.204,95
41375	DISSIPADOR DE ENERGIA - DEB 05 (AC/BC)	0,00%	0,00	0,00%	0,00	100,00%	8.739,36	8.739,36
	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	40,00%	13.688,94	30,00%	10.267,40	30,00%	10.267,40	34.224,66
	CANTEIRO DE OBRA	40,00%	8.120,48	30,00%	6.090,36	30,00%	6.090,36	20.301,21
	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO	40,00%	5.056,13	30,00%	3.792,10	30,00%	3.792,10	12.640,32
	MOBILIZAÇÃO MÃO DE OBRA	40,00%	1.890,66	30,00%	1.272,50	30,00%	1.272,50	4.241,66
	<b>Sub Total</b>		<b>206.819,18</b>		<b>619.198,32</b>		<b>611.389,98</b>	<b>1.637.487,40</b>
								<b>1.637.487,40</b>

Ricardo Orides Venancio Primo  
 Engenheiro Civil  
 CREA 97252/D - MG

ANEXO V.  
MEMORIAL DE CÁLCULO.



MEMORIAL DE CÁLCULO					
TABELA DE TERRAPLENAGEM, ACIMENTAÇÃO E OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - MARITÍ - PDM REPARAÇÃO (113)					
Data Base: 01/2018					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade	Custo unit.	
00410	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM TERRA	m <sup>3</sup>	(rede 60 (1,30 x 0,80 x 202,00) = 420,48) + (rede 80 (2,00 x 1,00 x 1030,00) = 3941,20) + (rede 100 (2,20 x 2,00 x 794,00) = 1773,96)	8206,64	
00420	REATERRO DE VALAS D- COMPACTAÇÃO VIBRATÓRIA	m <sup>3</sup>	rede 60 (1,30 x 0,80 x 292,00) = rede 80 (1,30 x 1,00 x 1930,00) = rede 100 (1,00 x 1,20 x 794,00)	3060,00	
00440	FORNECIMENTO, TRANSPORTE E ASSENTAMENTO DE TUBO D=1,00 M (Aço)	m	8,00m por boca do tubo = 121,00 x 0,00	888,00	
00445	FORNECIMENTO, TRANSPORTE E ASSENTAMENTO DE TUBO D=0,80 M (Aço)	m	Tabuleta Resumo	392,00	
00450	FORNECIMENTO, TRANSPORTE E ASSENTAMENTO DE TUBO D=0,60 M (Aço)	m	Tabuleta Resumo	1060,00	
00455	FORNECIMENTO, TRANSPORTE E ASSENTAMENTO DE TUBO D=1,00 M (Aço)	m	Tabuleta Resumo	874,00	
00460	BARRA DE LODO, ALTURA MÉDIA DE 1,30 M (Aço)	m	121,00	121,00	
00465	POÇO DE VISITA PARA REDE D=0,60 M, PARTE PARA D=1,00 M DE ALTURA (Aço)	m	0,00	0,00	
00470	POÇO DE VISITA PARA REDE D=0,80 M, PARTE PARA D=1,00 M DE ALTURA (Aço)	m	0,00 x 3,00	3,00	
00475	POÇO DE VISITA PARA REDE D=1,00 M, PARTE PARA D=1,00 M DE ALTURA (Aço)	m	39,00	39,00	
00480	POÇO DE VISITA PARA REDE D=1,00 M, PARTE PARA D=1,00 M DE ALTURA (Aço)	m	0,00 x 30,00	30,00	
00485	POÇO DE VISITA PARA REDE D=1,00 M, PARTE PARA D=1,00 M DE ALTURA (Aço)	m	19,00	19,00	
00490	ACRÉSCIMO NA ALTURA DO POÇO DE VISITA PARA REDE D=1,00 M (Aço)	m	0,80 x 13,00	10,40	
00495	OPERADOR DE BARRA - EMB DE AÇO	h	3,00	3,00	
Item	Descrição	Unid.	Quantidade	Custo unit.	Total
1	DIVISÃO DE ENGENHARIA				
1.1	Escritório de Engenharia Local	m <sup>2</sup>	1	13.200,00	13.200,00
1.2	Escritório	m <sup>2</sup>	1	2.390,48	2.390,48
1.3	Arquivo de Engenharia	m <sup>2</sup>	1	3.170,35	3.170,35
2	DIVISÃO ADMINISTRATIVA				
2.1	Salas	m <sup>2</sup>	1	2.531,42	2.531,42



3	VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO				
3.1	Veículos Leves (Incluso combustível)	mês	1	3.095,19	3.095,19
				<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>77119,81</b>
				BDI (26,24%)	20273,92328
				<b>PREÇO TOTAL</b>	<b>34224,86328</b>
Demonstrativo do item Cantão de Obras					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade	Custo unit.	Total
1	INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS				
1.1	Escritório urbano (cidade)	m <sup>2</sup>	1	1.737,56	1.737,56
1.2	Mobiliário de Escritório (Inclusive equipamentos de informática)	m <sup>2</sup>	1	747,29	747,29
1.3	Mobiliário de Alojamento (separadas)	m <sup>2</sup>	1	622,76	622,76
1.4	Armoário	m <sup>2</sup>	12	104,84	1.258,08
1.5	Banheiros Químicos (com lavatório)	m <sup>2</sup>	6	650,00	3.900,00
1.6	Tenda 6x6 m (refeitório)	m <sup>2</sup>	1	760,00	760,00
1.7	Mesa com 4 cadeiras (refeitório - tendas)	q	4	190,00	760,00
1.8	Instalações Provisórias de Água/Esgoto	un	1	1.667,52	1.667,52
1.9	Placa de Obra	m <sup>2</sup>	12	148,31	1.779,72
1.10	Instalações Provisórias de Energia Elétrica	un	1	2.648,51	2.648,51
				<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>16.681,44</b>
				BDI (26,24%)	4218,799896
				<b>PREÇO TOTAL</b>	<b>20.900,23</b>
Demonstrativo do item Mobilização de Equipamentos					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade	Custo unit.	Total
1	EQUIPAMENTO DE GRANDE PORTE - 40 KM/H				
1.2	MOTONIVELADORA - CAT 120K OU EQUIVALENTE		1	1.513,77	1.513,77
1.3	RETRO ESCAVADORA DE PNEUS - MF 604S OU EQUIVALENTE		2	1.459,34	2.918,68
2	VEÍCULOS DE PRODUÇÃO (AUTOPROPULSOS) - 55 KM/H				
2.1	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3 - 15 T		4	889,16	3.556,64
2.2	CAMINHÃO CARROCERIA MADEIRA - 15 T		1	867,92	867,92
2.3	CAMINHÃO MUMCK		1	755,92	755,92
				<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>10.812,93</b>
				BDI (26,24%)	2827,39232
				<b>PREÇO TOTAL</b>	<b>12.640,32</b>
Demonstrativo do item Mobilização de Mão de Obra					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade	Custo unit.	Total
1	NÍVEL 3				
1.1	Viajem de ônibus (rodoviária)		48	50,00	2.400,00
1.2	Diária (alimentação)		48	20,00	960,00
				<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>3.360,00</b>
				BDI (26,24%)	881,664
				<b>PREÇO TOTAL</b>	<b>4.241,66</b>

**ANEXO VI.**  
**DEMONSTRATIVO DE BDI.**



DEMONSTRATIVO DE BDI										
TABELA DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - MAR/18 - COM DESONERAÇÃO (T13)										
Data Base: 01/03/2018										
Valores com BDI - BDI: 26,24%										
	Administração central <sup>(1)</sup>	Lucro <sup>(2)</sup>	Despesas financeiras <sup>(3)</sup>	Seguros e Garantias <sup>(4)</sup>	Riscos <sup>(5)</sup>	ISS <sup>(6)</sup>	FG <sup>(7)</sup>	COFINS <sup>(8)</sup>	CPRB <sup>(9)</sup>	Resultado <sup>(10)</sup>
BDI ESTIMADO	3,67%	7,38%	0,75%	0,11%	0,56%	2,58%	0,65%	3,00%	0,00%	26,18%
BDI DESONERADO ESTIMADO	3,67%	7,38%	0,75%	0,11%	0,56%	2,58%	0,65%	3,00%	4,50%	26,24%

(1) Valor adotado e praticado no mercado.  
 (2) Valores definidos a partir dos limites no Acórdão nº 2.622/2013 - TCU - Plenário, Valores relativos.  
 (3) Valor calculado pela expressão matemática do DNT:  $DF = (1 + SEUC)^{12} \times (1 + IN FL)^{12}$ ;  $i = 1,05\%$  (valor médio dos últimos 12 meses - doc14 à noc13).  
 (4) Valores relativos aos seguros de Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil do Profissional foram adotados conforme Portaria nº 446/2015. Garantia calculada com o índice de percentual do seguro-garantia (Acórdão nº 2.622/2013 - TCU) e do dinheiro (2%). Seguro de Vida em Grupo calculado pela média histórica de obras Civis (não compõe o BDI reduzido).  
 (5) Valores definidos a partir dos limites no Acórdão nº 2.622/2013 - TCU - Plenário, Valores relativos.  
 (6) Valor médio utilizado pelo DNT.  
 (7) Alíquota definida por lei (lucro presumido).  
 (8) Alíquota definida pela lei 13.181/15 (Cofins - contribuição previdenciária sobre a receita bruta).  
 (9) A fórmula para estipulação da taxa do BDI estimado adotado é a mesma que foi aplicada para a obtenção das tabelas contidas no Acórdão nº 2.622/2013 - TCU - Plenário.

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

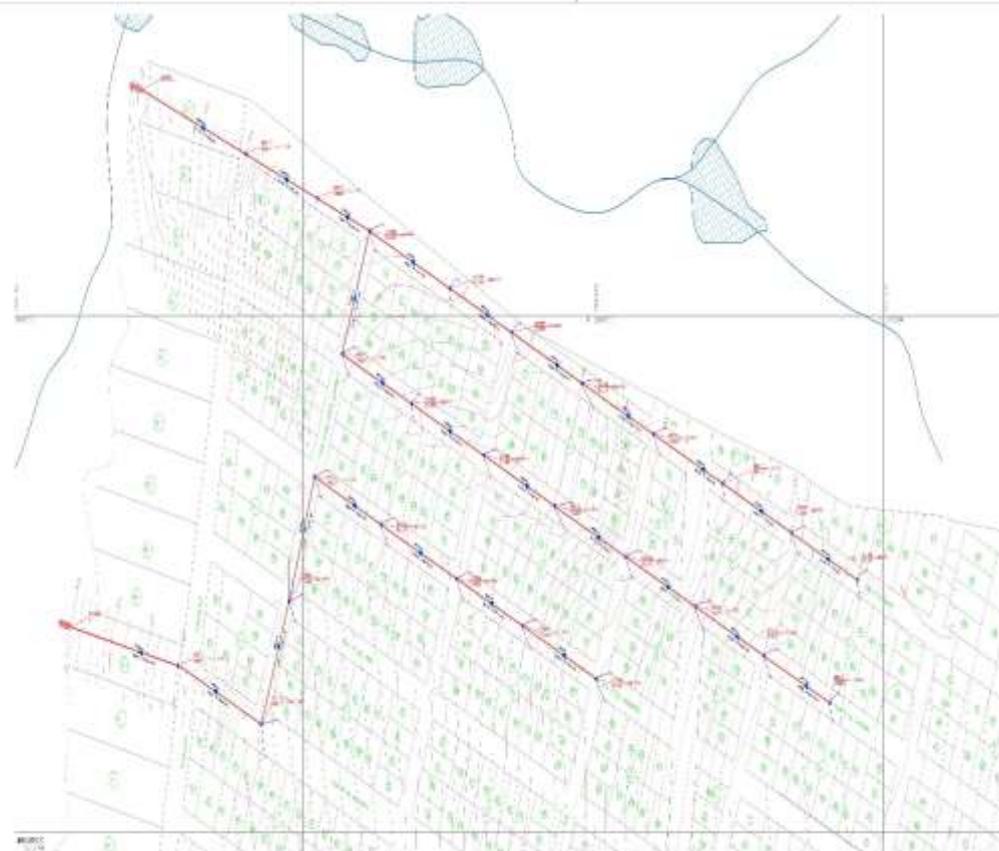
onde:  
 AC = taxa de administração central  
 S = taxa de seguros  
 R = taxa de lucro  
 G = taxa de garantias  
 DF = taxa de despesas financeiras  
 L = taxa de lucrativização  
 I = taxa de incidência de impostos (ISS, COFINS, CPRB e IRR)

**Obs:**  
 Foi utilizado o BDI com o ISS médio (2,5%) para confecção das composições de custo unitário da Tabela de Obras Rotacionais. No entanto, em atendimento ao Acórdão nº 2.622/2013 - TCU - Plenário, o percentual de ISS deve ser compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos na obra. Quando os serviços forem prestados no território de mais de um município, a base de cálculo será proporcional à extensão da rotativa existente em cada município.

Ricardo Ordes Vianco Primo  
 Engenheiro Civil  
 CREA 67252/0 - MG



**ANEXO VIII.**  
**PLANTA 02/02.**



DETALHE DO DISFACOR	DETALHE BOCA DE LODO	DETALHE POÇO DE VISITA (Ø0200x1100)
<b>LEGENDA - REDE 02</b> 		

**PROJETO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
 LICITAÇÃO Nº 001/2024  
 OBJETO: OBRAS DE RECONSTRUÇÃO E REFORMA DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL DO BARRIO JARDIM PARADISO - CATALÃO/GO.

**REDE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS**  
 PLANO DE BARRIO JARDIM PARADISO - CATALÃO/GO.

**02/02**

---

**ANEXO IX.**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO.**

**À Comissão de Licitações.**

**Ref.: Tomada de Preços nº 021/2018.**

**Objeto:** Contratação de serviços de drenagem pluvial, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência (**ANEXO I**), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes através do Município de Catalão.

O signatário do presente, em nome da proponente \_\_\_\_\_, declara, expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no EDITAL em pauta e nos respectivos anexos e documentos, que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Órgão licitador quanto à qualificação, apenas, das proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrarem integral possibilidade de executar as obras e/ou serviços.

O signatário do presente declara, também, em nome da referida proponente, total concordância com a decisão que venha a ser tomada quanto à adjudicação, objeto do presente edital.

Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do art. 2º, § 2º e art. 97 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Local e data.

Assinatura e carimbo do Representante Legal

**Obs. Documento devidamente carimbado e assinado pelo representante legal.**

---

**ANEXO X.  
MODELO DE CARTA CREDENCIAL.**

**À Comissão de Licitações.**

**Ref.: Tomada de Preços nº 021/2018.**

**Objeto:** Contratação de serviços de drenagem pluvial, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência (**ANEXO I**), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes através do Município de Catalão.

**Prezados Senhores,**

O abaixo assinado, \_\_\_\_\_, CI/RG nº \_\_\_\_\_, emitida por \_\_\_\_\_ (ou equivalente estrangeiro), na qualidade de responsável legal pela proponente \_\_\_\_\_, vem, pela presente, informar a V.S.<sup>a</sup>, que o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, CI/RG nº \_\_\_\_\_ emitida por \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura e recebimento da documentação de habilitação e propostas de preços, bem como assinar atas e demais documentos a que se referir à licitação em epígrafe.

Local e data.

Assinatura e carimbo do Representante Legal

**Obs. devidamente assinada e carimbada pelo representante legal e com assinatura reconhecida firma em cartório.**

---

**ANEXO XI.**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES (art. 7º,  
XXXIII CF).**

(Impresso em papel timbrado da empresa)

**À Comissão de Licitações.**

**Ref.: Tomada de Preços nº 021/2018.**

**Objeto:** Contratação de serviços de drenagem pluvial, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência (**ANEXO I**), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes através do Município de Catalão.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99 e inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 (dezesseis) anos.

**Ressalva:** emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( )  
(assinalar com “x” a ressalva acima, caso verdadeira)

Local e data

Assinatura e carimbo do Representante Legal

**Obs. Documento devidamente carimbado e assinado pelo representante legal.**

---

**ANEXO XII.  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO  
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE  
PEQUENO PORTE.**

(Impresso em papel timbrado da empresa)

**À Comissão de Licitações.**

**Ref.: Tomada de Preços nº 021/2018.**

**Objeto:** Contratação de serviços de drenagem pluvial, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência (**ANEXO I**), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes através do Município de Catalão.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para os fins do Edital da **Tomada de Preços nº 021/2018**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar 147, de 07/08/2014;

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) EQUIPARADO.

Declara ainda que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar, não se enquadrando em quaisquer vedações constantes no § 4º do art. 3º da referida lei.

Local e data

---

Assinatura e carimbo do Representante Legal

**Obs. Documento devidamente carimbado e assinado pelo representante legal.**

---

**ANEXO XIII.  
MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA.**

**À Comissão de Licitações.**

**Ref.: Tomada de Preços nº 021/2018.**

**Objeto:** Contratação de serviços de drenagem pluvial, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência (**ANEXO I**), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes através do Município de Catalão.

Atestamos que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CREA/CAU sob o nº \_\_\_\_\_ e no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, devidamente credenciada através do seu técnico responsável ou representante legal, Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF/MF nº \_\_\_\_\_, inscrito no CREA/CAU sob o nº \_\_\_\_\_, nos termos do edital de **Tomada de Preços nº 021/2018**, VISITOU o local de intervenção da obra/serviços, objeto da concorrência em epígrafe, constatando as condições e peculiaridades inerente à natureza dos trabalhos, recebendo as informações técnicas pertinente.

Local e data.

Assinatura do Servidor responsável por acompanhar a visita.

---

**ANEXO XIV.  
MODELO DE PROPOSTA.**

**À Comissão de Licitações.**

**Ref.: Tomada de Preços nº 021/2018.**

**Objeto:** Contratação de serviços de drenagem pluvial, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência (**ANEXO I**), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes através do Município de Catalão.

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V<sup>as</sup>, nossa proposta de preços relativa à execução dos serviços, objeto da licitação em epígrafe.

O valor global, proposto para a execução do objeto é de R\$ \_\_\_\_\_  
(valor por extenso).

O prazo para execução do objeto é de \_\_\_\_\_(prazo por extenso) dias corridos a contar da emissão da “Ordem de Serviços.”

O prazo de validade da proposta de preços é de \_\_\_\_\_(prazo por extenso) dias corridos a partir da data do recebimento das propostas pela Comissão Permanente de Licitações.

Local e data

---

Assinatura e carimbo do Representante Legal

**Obs. Documento devidamente carimbado e assinado pelo representante legal.**

---

**ANEXO XV.  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA.**

**À Comissão de Licitações.**

**Ref.: Tomada de Preços nº 021/2018.**

**Objeto:** Contratação de serviços de drenagem pluvial, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência (**ANEXO I**), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes através do Município de Catalão.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, abrir mão da visita técnica ao local da execução da obra, conforme dispõe o edital da licitação em referência.

Declaramos, ainda, sob as penalidades da Lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando o Município de Catalão, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

Local e data

---

Assinatura e carimbo do Representante Legal

**Obs. Documento devidamente carimbado e assinado pelo representante legal.**

**ANEXO XVI.  
CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO DE ENGENHARIA.  
Nº \_\_\_\_\_/2018**

**Termo de Contrato de execução obra/serviço de engenharia que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CATALÃO-GO e a empresa \_\_\_\_\_.**

A(O)..... (órgão ou entidade pública), com sede no(a) ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., inscrito(a) no CPF nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Tomada de Preços nº ...../2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de (...), que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório da Tomada de Preços nº (...) e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA:**

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../.....
- 2.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.
- 2.3. A execução dos serviços será iniciada em até 5 dias após a emissão da ordem de serviço, estipulando-se como prazo para a execução do serviço aquele descrito no Termo de Referência, cujas etapas observarão o cronograma fixado no Projeto Básico.
- 2.4. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo, observando, especialmente, as orientações do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS, em sua INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 010/2015 e alterações posteriores.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:**

3.1. O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor consignado neste Termo de Contrato é fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice INCC ou outro que vier a substituí-lo.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

### **5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

6.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ ..... (.....), na modalidade de ....., correspondente a .....% (..... por cento) de seu valor total, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, observadas as condições previstas no Edital.

6.2. O regime jurídico da garantia é aquele previsto no instrumento convocatório.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:**

7.1. A disciplina inerente ao controle e fiscalização da execução contratual é aquela prevista no Projeto Básico, anexo do Edital.

7.2. De acordo com a Portaria nº ..... incumbe ao servidor ..... a fiscalização e controle da execução deste contrato, parte integrante do certame.

### **8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:**

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital, ratificando que o contratado deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **9. CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO:**

9.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no Projeto Básico e na proposta da contratada.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Edital.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES:**

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, devendo ser formalizadas em procedimento próprio.

11.2. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

11.3. A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste.

11.4. Por orientação do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1977/2013 – Plenário):

a) quando constatados, após a assinatura do contrato, erros ou omissões no orçamento relativos a pequenas variações quantitativas nos serviços contratados, em regra, pelo fato de o objeto ter sido contratado por "preço certo e total", não se mostra necessária a prolação de termo aditivo, nos termos do ideal estabelecido no art. 6º, inciso VIII, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, como ainda na cláusula de expressa concordância do contratado com o projeto básico, prevista no art. 13, inciso II, do Decreto nº 7.983/2013;

b) excepcionalmente, de maneira a evitar o enriquecimento sem causa de qualquer das partes, como também para garantia do valor fundamental da melhor proposta e da isonomia, caso, por erro ou omissão no orçamento, se encontrarem subestimativas ou superestimativas relevantes nos quantitativos da planilha orçamentária, poderão ser ajustados termos aditivos para restabelecer a equação econômico-financeira da avença, situação em que se tomarão os seguintes cuidados:

b.1) observar se a alteração contratual decorrente não supera ao estabelecido no art. 13, inciso II, do Decreto nº 7.983/2013, cumulativamente com o respeito aos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, estes últimos, relativos a todos acréscimos e supressões contratuais;

b.2) examinar se a modificação do ajuste não ensejará a ocorrência do "jogo de planilhas", com redução injustificada do desconto inicialmente ofertado em relação ao preço base do certame no ato da assinatura do contrato, em prol do que estabelece o art. 14 do Decreto nº 7.983/2013, como também do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal;

b.3) avaliar se a correção de quantitativos, bem como a inclusão de serviço omitido, não está compensada por distorções em outros itens contratuais que tornem o valor global da avença compatível com o de mercado;

b.4) verificar, nas superestimativas relevantes, a redundância no eventual pagamento do objeto acima do preço de mercado e, conseqüentemente, em um superfaturamento, se houve a retificação do acordo mediante termo aditivo, em prol do princípio guardado nos arts. 3º, "caput", c/c art. 6º, inciso IX, alínea "f", art. 15, § 6º; e art. 43, inciso IV, todos da Lei nº 8.666/1993;

b.5) verificar, nas subestimativas relevantes, em cada caso concreto, a justeza na prolação do termo aditivo firmado, considerando a envergadura do erro em relação ao valor global da avença, em comparação do que seria exigível incluir como risco/contingência no BDI para o regime de empreitada global, como também da exigibilidade de identificação prévia da falha pelas licitantes - atenuada pelo erro cometido pela própria Administração -, à luz, ainda, dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, da isonomia, da vinculação ao instrumento

convocatório, do dever de licitar, da autotutela, da proporcionalidade, da economicidade, da moralidade, do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e do interesse público primário;

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES:**

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.2. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.3. Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

13.1. A disciplina inerente ao recebimento do objeto é aquela prevista no Projeto Básico, anexo do Edital.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO:**

14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo do Edital.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

14.5. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

14.6. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7. Indenizações e multas.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO:**

15.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no site oficial do Município de Catalão, no placar do prédio da Prefeitura de Catalão, bem como registrá-lo no site do TCM/GO (IN 010.2015, art. 2º).

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO:**

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Catalão, Estado de Goiás.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Catalão-GO, ..... de..... de 2018.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

Nome

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

Nome

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_

---

**ANEXO XVII.  
MINUTA DE PORTARIA DE FISCAL E SUPLENTE DO CONTRATO.**

**PORTARIA n° \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE (...)**, nomeado pelo Decreto n° \_\_\_\_\_, no uso das atribuições de gestor municipal, e de acordo com o previsto no Art. 67 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação correlata, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato n° \_\_\_\_\_, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CATALÃO e a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n° \_\_\_\_\_, cujo objeto é a prestação dos serviços de \_\_\_\_\_:

<b>FUNÇÃO</b>	<b>NOME</b>	<b>CPF n°</b>
Fiscal		
Suplente		

Art. 2º - Para efeito desta Portaria, considera-se:

I – **Gestor**: é a autoridade que pratica atos de gestão, podendo ou não exercer a função de ordenador de despesas;<sup>1</sup>

II – **Fiscal**: servidor designado para auxiliar o Gestor quanto à fiscalização do objeto do contrato e demais aspectos administrativos do contrato.

Art. 3º Determinar a inclusão de cópia desta Portaria nos autos do processo licitatório.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE (...)**

---

<sup>1</sup> Art. 1º, inciso III da Instrução Normativa 002/2013 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.